

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

Legislação	Medida Provisória nº 707, de 30 de dezembro de 2015	Projeto de Lei de Conversão nº 8 de 2016 (aprovado na Comissão Mista)	Projeto de Lei de Conversão nº 8 de 2016 (aprovado na Câmara dos Deputados)
	Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 , e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013 , para alterar os prazos que especifica.	Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 , nº 12.844, de 19 de julho de 2013, nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e nº 12.999, de 18 de junho de 2014, e dá outras providências.	Altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 , 12.844, de 19 de julho de 2013, 12.999, de 18 de junho de 2014, 12.651, de 25 de maio de 2012, 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e 13.097, de 19 de janeiro de 2015 ; e dá outras providências.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:	O Congresso Nacional decreta:	O Congresso Nacional decreta:
Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009	Art. 1º A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º-A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 1º-A Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º-A. O BNDES é autorizado a refinanciar os contratos de financiamento:	“Art. 1º-A.	“Art. 1º-A.	“Art. 1º-A.
II - firmados até 31 de dezembro de 2014 por:	II – firmados até 31 de dezembro de 2015 [✓] :	II – firmados até 31 de dezembro de 2015:
.....
b) empresários individuais, empresas individuais de responsabilidade limitada e sociedades, associações e fundações cuja receita operacional	b) empresários individuais, empresas individuais de responsabilidade limitada, associados de cooperativas de transporte e sociedades, associações e	b) empresários individuais, empresas individuais de responsabilidade limitada, associados de cooperativas de transporte e sociedades, associações e

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

bruta ou renda anual ou anualizada seja de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), desde que sejam do segmento de transporte rodoviário de carga; ou		fundações cuja receita operacional bruta ou renda anual ou anualizada seja de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), desde que sejam do segmento de transporte rodoviário de carga; ou	fundações cuja receita operacional bruta ou renda anual ou anualizada seja de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), desde que sejam do segmento de transporte rodoviário de carga; ou
§ 1º O prazo para formalização das operações de refinanciamento de que trata o caput é até 31 de dezembro de 2015.	§ 1º O prazo para formalização das operações de refinanciamento de que trata o caput é até 30 de junho de 2016 .	§ 1º O prazo para formalização das operações de refinanciamento de que trata o caput é até 30 de dezembro de 2016.	§ 1º O prazo para formalização das operações de refinanciamento de que trata o caput deste artigo é até 30 de dezembro de 2016.
.....”” (NR)””(NR)
<u>Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013</u>	Art. 2º A <u>Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 2º A <u>Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 2º A <u>Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 8º Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2015 , das operações de crédito rural de valor originalmente contratado até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) , referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, com recursos de fontes públicas , relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2006 , observadas ainda as seguintes condições:	“Art. 8º	“Art. 8º Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2017 , das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, independente da fonte de recursos , relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2010 , observadas ainda as seguintes condições:	“Art. 8º Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2017, das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, independentemente da fonte de recursos, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2010, observadas ainda as seguintes condições:

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

I - operações com valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:	I -	I -	I -
a) rebate de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado, para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;		a) quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado, para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e rebate de 85% (oitenta e cinco por cento) para os demais municípios;	a) quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado, para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e os localizados no Estado do Maranhão e rebate de 85% (oitenta e cinco por cento) para os demais Municípios;
b) (VETADO);
.....	c) quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 50% (cinquenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado, para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri,	c) quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 50% (cinquenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado, para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri,

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e rebate de 40% (quarenta por cento) para os demais municípios;	compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e rebate de 40% (quarenta por cento) para os demais municípios;
II - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:		II -	II -
.....	
b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até o limite de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais):		b)	b)
1. rebate de 75% (setenta e cinco por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;		1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 90% (noventa por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e rebate de 80% (oitenta por	1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 90% (noventa por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e os localizados no Estado do Maranhão e rebate de 80% (oitenta

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		cento) para os demais municípios;	por cento) para os demais Municípios;
2. (VETADO);	
.....		3. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 40% (quarenta por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e rebate de 30% (trinta por cento) para os demais municípios;	3. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 40% (quarenta por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e rebate de 30% (trinta por cento) para os demais Municípios;
III - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:		III -	III -
.....	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);</p>		<p>b)</p>	<p>b)</p>
<p>1. rebate de 50% (cinquenta por cento) para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE;</p>		<p>1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 85% (oitenta e cinco por cento) para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e rebate de 75% (setenta e cinco por cento) para os demais municípios;</p>	<p>1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 85% (oitenta e cinco por cento) para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e rebate de 75% (setenta e cinco por cento) para os demais municípios;</p>
<p>2. (VETADO).</p>		<p>.....</p>	<p>.....</p>
		<p>3. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 35% (trinta e cinco por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da</p>	<p>3. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 35% (trinta e cinco por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e rebate de 25% (vinte e cinco por cento) para os demais municípios;	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e rebate de 25% (vinte e cinco por cento) para os demais municípios;
IV - operações contratadas nos demais Municípios da área de abrangência da Sudene não incluídos nos incisos I a III do caput, desde que tenha sido decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 a 30 de junho de 2013, reconhecidos pelo Poder Executivo federal:		IV - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:	IV - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário:
a) operações com valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário: rebate de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado; e		a) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplica-se o disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo;	a) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), aplica-se o disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo;
b) operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário:		b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);	b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
1. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais): aplica-se o disposto na alínea a deste inciso;		1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 80% (oitenta por cento) para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do	1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 80% (oitenta por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e rebate de 70% (setenta por cento) para os demais municípios;	norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e rebate de 70% (setenta por cento) para os demais municípios;
2. para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais): rebate de 45% (quarenta e cinco por cento);		2. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 25% (vinte e cinco por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e de 20% (vinte por cento) para os demais municípios;	2. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 25% (vinte e cinco por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, e rebate de 20% (vinte por cento) para os demais Municípios;
		
		V - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário;	V - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário;
		a) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$	a) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado de até R\$

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		500.000,00 (quinhentos mil reais), aplica-se o disposto nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo;	500.000,00 (quinhentos mil reais), aplica-se o disposto nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo;
		b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);	b) para a parcela do saldo devedor atualizado correspondente ao valor originalmente contratado excedente a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
		1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 60% (sessenta por cento) para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; e de 50% (cinquenta por cento) para os demais municípios;	1. quando contratadas até 31 de dezembro de 2006: rebate de 60% (sessenta por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e rebate de 50% (cinquenta por cento) para os demais Municípios;
		2. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 15% (quinze por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento	2. quando contratadas entre 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2010: rebate de 15% (quinze por cento), para a liquidação das dívidas relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		do Nordeste – SUDENE, e de 10% (dez por cento) para os demais municípios;	do Nordeste – SUDENE, e rebate de 10% (dez por cento) para os demais Municípios ;
§ 1º (VETADO).	
§ 2º Os saldos devedores das operações a serem liquidadas nos termos deste artigo serão apurados com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, sem o cômputo de multa, mora, quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios.		§ 2º Na apuração dos saldos devedores das operações a serem liquidadas nos termos deste artigo, a instituição financeira deverá observar:	§ 2º Na apuração dos saldos devedores das operações a serem liquidadas nos termos deste artigo, a instituição financeira deverá observar:
		I – no caso das operações contratadas ao amparo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:	I – no caso das operações contratadas ao amparo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE:
		a) utilizar os encargos previstos para a situação de normalidade a partir da data de contratação da operação original, mantido o rebate previsto contratualmente;	a) utilizar os encargos previstos para a situação de normalidade a partir da data de contratação da operação original, mantido o rebate previsto contratualmente;
		b) excluir encargos de inadimplemento, multas e outros encargos não previstos na legislação, mesmo que tenham sido incorporados ao saldo devedor ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, assunção e de repactuação de	b) excluir encargos de inadimplemento, multas e outros encargos não previstos na legislação, mesmo que tenham sido incorporados ao saldo devedor ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, assunção e de repactuação de

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

	dívidas, inclusive as renegociadas após 31 de dezembro de 2010;	dívidas, inclusive as renegociadas após 31 de dezembro de 2010;
	c) a partir de 1º de julho de 1995 e até 13 de janeiro de 2000, corrigir o saldo devedor pelos encargos fixados pela redação original do art. 1º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995 , mantido o rebate sobre os encargos financeiros previstos contratualmente;	c) a partir de 1º de julho de 1995 e até 13 de janeiro de 2000, corrigir o saldo devedor pelos encargos fixados pela redação original do art. 1º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995 , mantido o rebate sobre os encargos financeiros previstos contratualmente;
	d) para o período de 14 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2006, corrigir o saldo devedor pelos encargos definidos pela redação original da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 ;	d) para o período de 14 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2006, corrigir o saldo devedor pelos encargos definidos pela redação original da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 ;
	e) para o período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, corrigir o saldo devedor pelos encargos originalmente definidos pelo Decreto nº 5.951, de 31 de outubro de 2006 ;	e) para o período de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007, corrigir o saldo devedor pelos encargos originalmente definidos pelo Decreto nº 5.951, de 31 de outubro de 2006 ;
	f) a partir de 1º de janeiro de 2008, corrigir o saldo devedor pelos encargos originalmente definidos no Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008 .	f) a partir de 1º de janeiro de 2008, corrigir o saldo devedor pelos encargos originalmente definidos no Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008 .
	II – no caso das operações contratadas com as demais fontes de recursos:	II – no caso das operações contratadas com as demais fontes de recursos:
	a) substituir os encargos financeiros previstos na operação original pelos encargos aplicados às operações com recursos do FNE a partir da data da contratação e até a data a liquidação ou	a) substituir os encargos financeiros previstos na operação original pelos encargos aplicados às operações com recursos do FNE a partir da data da contratação e até a data a liquidação ou

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

	da renegociação;	da renegociação;
	b) excluir encargos de inadimplemento, multas e outros encargos não previstos na legislação, mesmo que tenham sido incorporados ao saldo devedor ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, assunção e de repactuação de dívidas, inclusive as renegociadas após 31 de dezembro de 2010.	b) excluir encargos de inadimplemento, multas e outros encargos não previstos na legislação, mesmo que tenham sido incorporados ao saldo devedor ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, assunção e de repactuação de dívidas, inclusive as renegociadas após 31 de dezembro de 2010.
	III – no caso das operações alongadas ao amparo do § 5º do artigo 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 , renegociadas com base na Resolução, do Conselho Monetário Nacional – CMN, nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, e suas alterações:	III – no caso das operações alongadas ao amparo do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 , renegociadas com base na Resolução, do Conselho Monetário Nacional – CMN, nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996, e suas alterações:
	a) quando não renegociadas ao amparo dos artigos 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 , 4º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006 , e 1º e 2º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , o saldo devedor resultará da soma dos valores apurados da seguinte forma:	a) quando não renegociadas ao amparo dos arts 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 , 4º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006 , e 1º e 2º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , o saldo devedor resultará da soma dos valores apurados da seguinte forma:
	1. cada parcela vencida terá seu valor calculado pela multiplicação das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes na data de seu vencimento;	1. cada parcela vencida terá seu valor calculado pela multiplicação das unidades de produtos vinculados pelos respectivos preços mínimos vigentes na data de seu vencimento;
	2. atualização das parcelas, a partir de	2. atualização das parcelas, a partir de

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>cada vencimento e até a data da liquidação da dívida, à taxa de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano), excluindo-se multas e outros encargos não previstos no contrato original.</p>	<p>cada vencimento e até a data da liquidação da dívida, à taxa de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano), excluindo-se multas e outros encargos não previstos no contrato original.</p>
		<p>b) quando renegociadas ao amparo dos artigos 1º da Lei nº 10.437, de 2002, 4º da Lei nº 11.322, de 2006, ou 1º e 2º da Lei nº 11.775, de 2008, o saldo devedor resultará da soma dos valores apurados da seguinte forma:</p>	<p>b) quando renegociadas ao amparo dos arts. 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, 4º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, ou 1º e 2º da Lei nº 11.775, de setembro de 2008, o saldo devedor resultará da soma dos valores apurados da seguinte forma:</p>
		<p>1. parcelas vencidas: mediante dispensa da correção pela variação do preço mínimo do produto agrícola, de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.437, de 2002, e o inciso III do caput do artigo 4º da Lei nº 11.322, de 2006, atualizadas a partir de cada vencimento e até a data da liquidação da dívida pelos encargos de normalidade à taxa de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano), excluindo-se multas e outros encargos não previstos no contrato original;</p>	<p>1. parcelas vencidas: mediante dispensa da correção pela variação do preço mínimo do produto agrícola, de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e o inciso III do caput do art. 4º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, atualizadas a partir de cada vencimento e até a data da liquidação da dívida pelos encargos de normalidade à taxa de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano), excluindo-se multas e outros encargos não previstos no contrato original;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

	<p>2. parcelas vincendas: mediante dispensa da correção pela variação do preço mínimo, de que trata o § 3º do art.1º da Lei nº 10.437, de 2002, e o inciso III do art. 4º da Lei nº 11.322, de 2006, descontando-se, na data da liquidação da dívida, a parcela de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) incorporada às parcelas remanescentes</p>	<p>2. parcelas vincendas: mediante dispensa da correção pela variação do preço mínimo, de que trata o § 3º do art.1º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e o inciso III do art. 4º da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, descontando-se, na data da liquidação da dívida, a parcela de juros de 3% a.a. (três por cento ao ano) incorporada às parcelas remanescentes</p>
	<p>IV – no caso das operações alongadas ao amparo dos §§ 6º, 6º-A, 6º-B e 6º-C do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995, renegociadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 31 de janeiro de 1996, e suas alterações, o saldo devedor resultará da soma dos valores apurados da seguinte forma:</p>	<p>IV – no caso das operações alongadas ao amparo dos §§ 6º, 6º-A, 6º-B e 6º-C do art. 5º da Lei nº 9.138, de novembro de 1995, renegociadas com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e suas alterações, o saldo devedor resultará da soma dos valores apurados da seguinte forma:</p>
	<p>a) parcelas vencidas: calculadas com os descontos de que trata o art. 2º da Lei nº 10.437, de 2002, e atualizadas pela Taxa Referencial – TR até a data da liquidação da dívida acrescidas de juros de 6,17% a.a. (seis inteiros e dezessete décimos por cento ao ano);</p>	<p>a) parcelas vencidas: calculadas com os descontos de que trata o art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e atualizadas pela Taxa Referencial – TR até a data da liquidação da dívida acrescidas de juros de 6,17% a.a. (seis inteiros e dezessete décimos por cento ao ano);</p>
	<p>b) parcelas vincendas: calculadas mediante o produto do valor da primeira parcela vincenda pelo número total de parcelas vincendas, apuradas com os</p>	<p>b) parcelas vincendas: calculadas mediante o produto do valor da primeira parcela vincenda pelo número total de parcelas vincendas, apuradas com os</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

	descontos de que trata o art. 2º da Lei nº 10.437, de 2002.	descontos de que trata o art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002.
	V – Admite-se a aplicação do disposto nos incisos I, II, III e IV deste parágrafo, com a finalidade de redefinição dos saldos das seguintes operações, mantendo-se os encargos pactuados na renegociação para a condição de normalidade até o prazo final de que trata esta Lei:	V – admite-se a aplicação do disposto nos incisos I, II, III e IV deste parágrafo, com a finalidade de redefinição dos saldos das seguintes operações, mantendo-se os encargos pactuados na renegociação para a condição de normalidade até o prazo final de que trata esta Lei:
	1. operações renegociadas no âmbito da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003;	a) operações renegociadas no âmbito da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003;
	2. operações renegociadas no âmbito da Lei nº 10.823, de 22 de dezembro de 2003;	b) operações renegociadas no âmbito da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003;
	3. operações renegociadas no âmbito da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006;	c) operações renegociadas no âmbito da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006;
	4. operações contratadas com base na Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012 , devendo a redefinição do saldo na operação contratada nos termos da referida lei, retroagir às operações liquidadas com a contratação da nova operação;	d) operações contratadas com base na Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012 , devendo a redefinição do saldo na operação contratada nos termos da referida Lei retroagir às operações liquidadas com a contratação da nova operação;
	5. operações contratadas com base no art. 9º desta Lei, devendo a redefinição do saldo na operação contratada nos termos da referida Lei, retroagir às operações liquidadas com a contratação da nova operação.	e) operações contratadas com base no art. 9º desta Lei, devendo a redefinição do saldo na operação contratada nos termos da referida Lei retroagir às operações liquidadas com a contratação da nova operação.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

	<p>VI – operações contratadas no âmbito do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, terão o saldo devedor apurado de acordo com as normas definidas pelo respectivo programa, devendo ser excluídos os encargos de inadimplemento, multas e outros encargos não previstos na legislação, mesmo que tenham sido incorporados ao saldo devedor ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, assunção e de repactuação de dívidas.</p>	<p>VI – operações contratadas no âmbito do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA, terão o saldo devedor apurado de acordo com as normas definidas pelo respectivo programa, devendo ser excluídos os encargos de inadimplemento, multas e outros encargos não previstos na legislação, mesmo que tenham sido incorporados ao saldo devedor ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, assunção e de repactuação de dívidas.</p>
	<p>VII – A instituição financeira deverá apresentar ao devedor, desde que demonstre o seu interesse formal pela liquidação ou renegociação da dívida: extrato demonstrando a evolução da dívida na forma estabelecida neste artigo, a partir da data de contratação da operação original amparada pelos dispositivos desta Lei.</p>	<p>VII – a instituição financeira deverá apresentar ao devedor, desde que demonstre o seu interesse formal pela liquidação ou renegociação da dívida, extrato demonstrando a evolução da dívida na forma estabelecida neste artigo, a partir da data de contratação da operação original amparada pelos dispositivos desta Lei.</p>
<p>§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também às seguintes operações originárias de crédito rural, observada a abrangência de que trata o caput:</p>	<p>§ 3º</p>	<p>§ 3º</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		XIX – contratadas no âmbito do Programa de Apoio Creditício e Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-Árido Nordeste – PRODESA;	XIX – contratadas no âmbito do Programa de Apoio Creditício e Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-Árido Nordeste – PRODESA;
		XX – contratadas ao amparo dos arts. 5º da Lei nº 12.716, de 2012, e 9º desta Lei.	XX – contratadas ao amparo dos arts. 5º da Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 9º desta Lei.
§ 7º Para fins de enquadramento nas disposições deste artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:		§ 7º	§ 7º
.....	
			III – no caso de operação que não tenha envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade;
			IV – no caso de operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada, pelo resultado da divisão do valor originalmente contratado pelo número

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

			de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas.
§ 9º É o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE autorizado a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações lastreadas em seus recursos e às operações lastreadas em recursos mistos do FNE com outras fontes.		§ 9º É o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE autorizado a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações lastreadas em seus recursos e às operações lastreadas em recursos mistos do FNE com outras fontes e operações lastreadas com outras fontes, inclusive no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, contratadas junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB S/A.	§ 9º É o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE autorizado a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações lastreadas em seus recursos, às operações lastreadas em recursos mistos do FNE com outras fontes e às operações lastreadas com outras fontes, inclusive no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, contratadas com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.– BNB .
§ 10. É a União autorizada a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações efetuadas com outras fontes, inclusive no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e às demais operações efetuadas com risco da União ou desoneradas de risco pela União.		§ 10. É a União autorizada a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações efetuadas com outras fontes, inclusive no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, contratadas junto ao Banco do Brasil S/A e ao Banco da Amazônia – BASA S/A, e às demais operações efetuadas com risco da União ou desoneradas de risco pela União.	§ 10. É a União autorizada a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo referentes às operações efetuadas com outras fontes, inclusive no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, contratadas junto ao Banco do Brasil S.A. e ao Banco da Amazônia S.A., e às demais operações efetuadas com risco da União ou desoneradas de risco pela União.
§ 11. É o Poder Executivo autorizado a definir a metodologia e as demais condições para ressarcir às instituições		§ 11. O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, definirá a metodologia e as demais condições para	§ 11. O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, definirá a metodologia e as demais condições para

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

financeiras públicas federais dos custos da repactuação e dos rebates definidos neste artigo para as operações ou parcelas das operações efetuadas com risco da instituição financeira, observado o disposto nos §§ 9º e 10 deste artigo.		ressarcir às instituições financeiras públicas federais dos custos da repactuação e dos rebates definidos neste artigo para as operações ou parcelas das operações efetuadas com risco da instituição financeira, observado o disposto nos §§ 9º e 10 deste artigo.	ressarcir as instituições financeiras públicas federais dos custos da repactuação e dos rebates definidos neste artigo para as operações ou parcelas das operações efetuadas com risco da instituição financeira, observado o disposto nos §§ 9º e 10 deste artigo.
§ 12. Ficam suspensos o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2015 .		§ 12. Ficam suspensos o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2017 .	§ 12. Ficam suspensos o encaminhamento para cobrança judicial, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2017.
§ 13. O prazo de prescrição das dívidas de que trata o caput fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2015.	§ 13. O prazo de prescrição das dívidas de que trata o caput fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2016 .	§ 13. O prazo de prescrição das dívidas de que trata o caput fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017 .	§ 13. O prazo de prescrição das dívidas de que trata o caput fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.
§ 14. As operações de risco da União enquadradas neste artigo não devem ser encaminhadas para inscrição em Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2015.	§ 14. As operações de risco da União, enquadradas neste artigo, não devem ser encaminhadas para inscrição na Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2016 .	§ 14. As operações de risco da União, enquadradas neste artigo, não devem ser encaminhadas para inscrição na Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2017 .	§ 14. As operações de risco da União, enquadradas neste artigo, não devem ser encaminhadas para inscrição na Dívida Ativa da União até 31 de dezembro de 2017.
.....
§ 18. Caso o mutuário tenha mais de uma operação que se enquadre no disposto neste artigo e o somatório de todas as operações, considerado o valor originalmente contratado, seja	§ 18. Na liquidação das dívidas renegociadas ao amparo dos §§ 6º, 6º-A, 6º-B e 6º-C da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, regulamentada pela Resolução nº 2.471, de 1998, do	§ 18. Na liquidação das dívidas renegociadas ao amparo do disposto nos §§ 6º, 6º-A, 6º-B e 6º-C do art.5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, regulamentada pela Resolução do

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), será considerado o somatório dos valores das operações originalmente contratadas para o enquadramento nos percentuais de desconto de que tratam os incisos I a IV do caput.</p>	<p>Conselho Monetário Nacional – CMN de que trata o inciso II do § 3º deste artigo, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN adotará os seguintes procedimentos:</p>	<p>Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, de que trata o inciso II do § 3º deste artigo, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN adotará os seguintes procedimentos:</p>
	<p>I – os Certificados do Tesouro Nacional – CTN, emitidos pela STN, destinados a garantir o valor do principal na renegociação de dívidas do setor rural de trata a Resolução terão mantidas suas características e condições definidas no Anexo da Resolução, e será resgatado no seu vencimento final ou quando a STN manifestar a opção de compra;</p>	<p>I – os Certificados do Tesouro Nacional – CTN, emitidos pela STN, destinados a garantir o valor do principal na renegociação de dívidas do setor rural de trata a Resolução terão mantidas suas características e condições definidas no Anexo da Resolução, e serão resgatados no seu vencimento final ou quando a STN manifestar a opção de compra;</p>
	<p>II – a liquidação antecipada das prestações não obrigará a STN a antecipar o pagamento da equalização de que trata o <u>§ 3º do artigo 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002</u>, que deverá fazê-lo nas datas pactuadas nos contratos e até a liquidação da dívida, na forma definida no referido § 3º.</p>	<p>II – a liquidação antecipada das prestações não obrigará a STN a antecipar o pagamento da equalização de que trata o <u>§ 3º do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002</u>, que deverá fazê-lo nas datas pactuadas nos contratos e até a liquidação da dívida, na forma definida no referido § 3º.</p>
<p>§ 19. Admitem-se a amortização parcial do saldo devedor apurado de acordo com o § 2º e a concomitante contratação de nova operação para liquidação do valor remanescente, desde que realizadas até 31 de dezembro de 2014, nas seguintes condições:</p>	<p>§ 19. Admitem-se a amortização parcial do saldo devedor apurado de acordo com o § 2º e a concomitante contratação de nova operação para liquidação do valor remanescente, desde que realizadas até 31 de dezembro de 2017, nas seguintes condições:</p>	<p>§ 19. Admitem-se a amortização parcial do saldo devedor apurado de acordo com o § 2º e a concomitante contratação de nova operação para liquidação do valor remanescente, desde que realizadas até 31 de dezembro de 2017, nas seguintes condições:</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

I - o percentual de desconto será definido com base no disposto nos incisos I a IV do caput;		I - o percentual de desconto será definido com base no disposto nos incisos I a V do caput;	I - o percentual de desconto será definido com base no disposto nos incisos I a V do caput;
II - deve ser deduzido, além do valor amortizado, o desconto previsto nos incisos I a IV do caput de forma proporcional às amortizações efetuadas;		II - deve ser deduzido, além do valor amortizado, o desconto previsto nos incisos I a V do caput de forma proporcional às amortizações efetuadas;	II - deve ser deduzido, além do valor amortizado, o desconto previsto nos incisos I a V do caput de forma proporcional às amortizações efetuadas;
III - o saldo devedor remanescente deve ser liquidado por meio da contratação de nova operação nos termos do art. 9º desta Lei , não se aplicando sobre este saldo os descontos de que tratam os incisos I a IV deste artigo.		III - o saldo devedor remanescente poderá ser renegociado por meio das condições definidas nos termos do art. 9º desta Lei , não se aplicando sobre este saldo os descontos de que tratam os incisos I a V deste artigo.	III - o saldo devedor remanescente poderá ser renegociado por meio das condições definidas nos termos do art. 9º desta Lei, não se aplicando sobre este saldo os descontos de que tratam os incisos I a V deste artigo.
§ 20. As disposições deste artigo não se aplicam às operações oriundas de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União ou em cobrança judicial pela Procuradoria-Geral da União.		§ 20. As disposições deste artigo não se aplicam às:	§ 20. As disposições deste artigo não se aplicam às:
		I - operações renegociadas no âmbito da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, desoneradas de risco pela União, por força da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e inscritas em Dívida Ativa da União ou em cobrança judicial pela Procuradoria-Geral da União;	I - operações renegociadas no âmbito da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 , desoneradas de risco pela União, por força da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001 , e inscritas em Dívida Ativa da União ou em cobrança judicial pela Procuradoria-Geral da União;
		II - operações contratadas ao amparo do inciso V do art. 7º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008	II - operações contratadas ao amparo do inciso V do art. 7º da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008
III - operações contratadas por	III - operações contratadas por		

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		mutuários que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se tais irregularidades tenham sido sanadas previamente à liquidação ou renegociação da dívida.	mutuários que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se tais irregularidades tenham sido sanadas previamente à liquidação ou renegociação da dívida.
§ 21. Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, os honorários advocatícios ou despesas com custas processuais são de responsabilidade de cada parte, e o não implemento de seu pagamento não obsta a referida liquidação.		§ 21. Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, os honorários advocatícios e as despesas com custas processuais são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida liquidação.	§ 21. Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, os honorários advocatícios e as despesas com custas processuais são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida liquidação.
§ 22. (VETADO).
	§ 23. Fica suspenso o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2016.” (NR)	§ 23. Fica suspenso até 31 de dezembro de 2017 o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo.	§ 23. Fica suspenso até 31 de dezembro de 2017 o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo.
		§ 24. No caso de operações contratadas com recursos do Fundo de Financiamento do Nordeste – FNE por meio de repasse da instituição financeira administradora, fica autorizada a adoção dos mesmos procedimentos para liquidação de que trata este artigo, devendo a instituição financeira administradora do fundo, na hipótese de haver recebido valores vencidos e não pagos pelo mutuário,	§ 24. No caso de operações contratadas com recursos do Fundo de Financiamento do Nordeste – FNE por meio de repasse da instituição financeira administradora, fica autorizada a adoção dos mesmos procedimentos para liquidação de que trata este artigo, devendo a instituição financeira administradora do fundo, na hipótese de haver recebido valores vencidos e não pagos pelo mutuário,

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		restituir tais valores ao agente financeiro, atualizados pela mesma remuneração devida às disponibilidades do FNE.	restituir tais valores ao agente financeiro, atualizados pela mesma remuneração devida às disponibilidades do FNE.
		§ 25. Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previstos no § 2º deste artigo serão assumidos, na forma do regulamento:	§ 25. Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previstos no § 2º deste artigo serão assumidos, na forma do regulamento:
		I - pelas instituições financeiras federais em relação às operações em que suportam o risco integral;	I - pelas instituições financeiras federais em relação às operações em que suportam o risco integral;
		II – pelo Tesouro Nacional e pelo FNE, na proporção do risco assumido, independente da fonte de recursos.	II – pelo Tesouro Nacional e pelo FNE, na proporção do risco assumido, independente da fonte de recursos.”(NR)

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>Art. 8º-A. É autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural, oriundas de financiamentos de empreendimento localizado em Municípios da área de abrangência da Sudene onde tenha havido decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2013, reconhecidos pelo Poder Executivo federal, inscritas na Dívida Ativa da União - DAU até 30 de setembro de 2013:</p>		<p>Art. 8º-A. Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas na Dívida Ativa da União – DAU:</p>	<p>Art. 8º-A Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas na Dívida Ativa da União – DAU:</p>
		<p>I - remissão de dívidas contratadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, cujo saldo devedor atualizado em 31 de dezembro de 2015 seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais);</p>	<p>I - remissão de dívidas contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, cujo saldo devedor atualizado em 31 de dezembro de 2015 seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais);</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>I - concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo III desta Lei, para a liquidação da dívida até 31 de dezembro de 2014, devendo incidir o desconto percentual sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da renegociação e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;</p>		<p>II - concessão de desconto para a liquidação da dívida até 31 de dezembro de 2017, nos percentuais definidos no Anexo III desta Lei, devendo incidir o referido desconto sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da liquidação, observado o disposto no § 10 deste artigo;</p>	<p>II - concessão de desconto para a liquidação da dívida até 31 de dezembro de 2017, nos percentuais definidos no Anexo III desta Lei, devendo incidir o referido desconto sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da liquidação, observado o disposto no § 10 deste artigo;</p>
<p>II - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações até 31 de dezembro de 2014, mantendo-as na DAU, observadas as seguintes condições:</p>		<p>III - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações, até 31 de dezembro de 2017, mantendo-as na DAU, observadas as seguintes condições:</p>	<p>III - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações, até 31 de dezembro de 2017, mantendo-as na DAU, observadas as seguintes condições:</p>
<p>a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário;</p>		<p>a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário;</p>	<p>a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário;</p>
<p>b) concessão de desconto percentual sobre as parcelas da dívida pagas até a data do vencimento renegociado, conforme quadro constante do Anexo IV desta Lei, aplicando-se, em seguida, uma fração do respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;</p>		<p>b) concessão de desconto sobre as parcelas da dívida pagas até a data do vencimento renegociado, nos percentuais definidos no Anexo IV desta Lei, observado o disposto no § 10 deste artigo;</p>	<p>b) concessão de desconto sobre as parcelas da dívida pagas até a data do vencimento renegociado, nos percentuais definidos no Anexo IV desta Lei, observado o disposto no § 10 deste artigo;</p>
<p>d) o total dos saldos devedores será considerado na data da renegociação, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;</p>		<p>c) o total dos saldos devedores será considerado na data da renegociação, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;</p>	<p>c) total dos saldos devedores será considerado na data da renegociação, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

e) pagamento da primeira parcela no ato da negociação.		d) pagamento da primeira parcela no ato da negociação;	d) pagamento da primeira parcela no ato da negociação;
c) a fração do desconto de valor fixo a que se refere a alínea b deste inciso será aquela resultante da divisão do respectivo desconto de valor fixo previsto no quadro constante do Anexo IV desta Lei pelo número de parcelas renegociadas conforme a alínea a deste inciso;		e) encargos financeiros: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.	e) encargos financeiros: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.
§ 2º A adesão à renegociação de que trata este artigo importa em autorização à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para promover a suspensão das ações e execuções judiciais para cobrança da dívida até o efetivo cumprimento do ajuste, devendo prosseguir em caso de descumprimento.		§ 1º Os descontos de que tratam o inciso II e a alínea “b” do inciso III deste artigo incidirão proporcionalmente para cada faixa de dívida, independentemente do valor originalmente contratado.	§ 1º Os descontos de que tratam o inciso II e a alínea b do inciso III deste artigo incidirão proporcionalmente para cada faixa de dívida, independentemente do valor originalmente contratado.
		§ 2º Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a adotar as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de que trata este artigo, para as dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na Dívida Ativa da União, estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União.	§ 2º Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a adotar as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de que trata este artigo, para as dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na Dívida Ativa da União, estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 1º Fica a União, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizada a contratar, com dispensa de licitação, instituições financeiras integrantes da administração pública federal, para adotar as providências necessárias a fim de facilitar o processo de liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União - DAU, nos termos desta Lei.</p>		<p>§ 3º Fica a União, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizada a contratar, com dispensa de licitação, instituições financeiras integrantes da Administração Pública Federal, para adotar as providências necessárias no sentido de facilitar o processo de liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União - DAU, nos termos deste artigo.</p>	<p>§ 3º Fica a União, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizada a contratar, com dispensa de licitação, instituições financeiras integrantes da administração pública federal, para adotar as providências necessárias no sentido de facilitar o processo de liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União - DAU, nos termos deste artigo.</p>
<p>§ 4º As instituições financeiras oficiais federais deverão encaminhar à PGFN, até 31 de dezembro de 2013, listagem com todos os débitos já encaminhados para a inscrição em DAU que se enquadrem nos requisitos deste artigo.</p>		<p>§ 4º A liquidação ou renegociação de operações contratadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE observará as seguintes condições:</p> <p>I - concessão de desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos previstos no inciso II e na alínea “b” do inciso III deste artigo;</p> <p>II - amortização mínima sobre o saldo devedor a ser renegociado na forma do inciso III deste artigo, calculada após a incidência dos descontos de que trata este artigo, nos seguintes percentuais:</p>	<p>§ 4º A liquidação ou renegociação de operações contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE observará as seguintes condições:</p> <p>I- concessão de desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos previstos no inciso II e na alínea b do inciso III deste artigo;</p> <p>II - amortização mínima sobre o saldo devedor a ser renegociado na forma do inciso III do caput deste artigo, calculada após a incidência dos descontos de que trata este artigo, nos seguintes percentuais:</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		a) 1% (um por cento) sobre o saldo devedor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);	a) 1% (um por cento) sobre o saldo devedor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
		b) 3% (três por cento) sobre o saldo devedor entre R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);	b) 3% (três por cento) sobre o saldo devedor entre R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
		c) 5% (cinco por cento) sobre o saldo devedor acima de R\$ 200.000,01 (duzentos mil reais e um centavo).	c) 5% (cinco por cento) sobre o saldo devedor acima de R\$ 200.000,01 (duzentos mil reais e um centavo).
		§ 5º Para fins de aplicação dos descontos de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de responsabilidade de cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão individualizados;	§ 5º Para fins de aplicação dos descontos de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de responsabilidade de cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão individualizados;
		a) por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;	I- por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;
		b) pelo número de mutuários constantes da cédula de crédito, no caso de crédito rural grupal ou coletivo;	II- pelo número de mutuários constantes da cédula de crédito, no caso de crédito rural grupal ou coletivo;
		c) pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade, no caso de operação que não tenha envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados;	III- pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade, no caso de operação que não tenha envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		d) pelo número de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas, quando se tratar operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada.	IV- pelo número de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas, quando se tratar de operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada.
		§ 6º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e a Advocacia Geral da União - AGU devem adotar as providências necessárias para a suspensão, até 31 de dezembro de 2017:	§ 6º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e a Advocacia-Geral da União - AGU devem adotar as providências necessárias para a suspensão, até 31 de dezembro de 2017:
		a) das execuções fiscais e dos respectivos prazos processuais, cujo objeto tenha como origem a cobrança de dívidas de que trata este artigo, efetuada pela PGFN;	I - das execuções fiscais e dos respectivos prazos processuais, cujo objeto tenha como origem a cobrança de dívidas de que trata este artigo, efetuada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;
		b) das execuções e dos respectivos prazos processuais, cujo objeto tenha como origem a cobrança de dívidas de que trata este artigo, efetuadas pela Advocacia Geral da União - AGU.	II - das execuções e dos respectivos prazos processuais, cujo objeto tenha como origem a cobrança de dívidas de que trata este artigo, efetuadas pela Advocacia-Geral da União - AGU.
		§ 7º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.	§ 7º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 3º O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito à situação anterior, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.</p>		<p>§ 8º O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito à situação anterior, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.</p>	<p>§ 8º O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito à situação anterior, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.</p>
		<p>§ 9º As dívidas oriundas de operações de crédito rural ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase II, inscritas na DAU e liquidadas ou renegociadas até 31 de dezembro de 2017, farão jus a um desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos nos incisos II e III deste artigo.</p>	<p>§ 9º As dívidas oriundas de operações de crédito rural ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase II, inscritas na DAU e liquidadas ou renegociadas até 31 de dezembro de 2017, farão jus a um desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos nos incisos II e III deste artigo.</p>
		<p>§ 10. Para as operações do Prodecercer - Fase II de que trata os § 9º deste artigo, e mediante solicitação do mutuário, fica o Ministério da Fazenda autorizado a definir descontos adicionais a serem aplicados para liquidação ou renegociação dessas operações, com base na revisão de garantias efetuada conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da seguinte forma:</p>	<p>§ 10. Para as operações do Prodecercer - Fase II de que trata o § 9º deste artigo e mediante solicitação do mutuário, fica o Ministério da Fazenda autorizado a definir descontos adicionais a serem aplicados para liquidação ou renegociação dessas operações, com base na revisão de garantias efetuada conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da seguinte forma:</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		I - no caso de liquidação, mediante avaliação do valor atual das garantias e dos bens financiados;	I - no caso de liquidação, mediante avaliação do valor atual das garantias e dos bens financiados;
		II - no caso de renegociação, com base no valor da receita líquida média por hectare para as atividades desenvolvidas na área do Programa, apurada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.	II - no caso de renegociação, com base no valor da receita líquida média por hectare para as atividades desenvolvidas na área do Programa, apurada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.
		§ 11. Às dívidas originárias de crédito rural inscritas na DAU ou que vierem a ser inscritas a partir da publicação desta Lei não será acrescida a taxa de 20% (vinte por cento) a título do encargo legal previsto no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969 , devendo os valores já imputados ser deduzidos dos respectivos saldos devedores.	§ 11. Às dívidas originárias de crédito rural inscritas na DAU ou que vierem a ser inscritas a partir da publicação desta Lei não será acrescida a taxa de 20% (vinte por cento) a título do encargo legal previsto no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969 , devendo os valores já imputados ser deduzidos dos respectivos saldos devedores.
		§ 12. As disposições deste artigo podem ser aplicadas às operações renegociadas ao amparo dos arts. 8º e 8-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , quando requeridas pelo devedor.	§ 12. As disposições deste artigo podem ser aplicadas às operações renegociadas ao amparo dos arts. 8º e 8-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , quando requeridas pelo devedor.
§ 5º A renegociação de que trata este artigo será regulamentada por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.		§ 13. As disposições de que trata este artigo serão regulamentadas, conforme o caso, por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou do Advogado-Geral da União - AGU.	§ 13. As disposições de que trata este artigo serão regulamentadas, conforme o caso, por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou do Advogado-Geral da União - AGU.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>§ 14. Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, quanto às dívidas vencidas relativas a vendas de lotes para titulação, da infraestrutura de irrigação de uso comum (K1) e das tarifas d'água (k2) nos perímetros públicos de irrigação, autorizadas a adotar os procedimentos previstos neste artigo para liquidação ou renegociação das referidas dívidas, cabendo ao Ministério da Integração Nacional regulamentar referidos procedimentos no prazo de até 90 (noventa) dias. (NR)</p>	<p>§ 14. Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, quanto às dívidas vencidas relativas a vendas de lotes para titulação, a infraestrutura de irrigação de uso comum (K1) e às tarifas d'água (K2) nos perímetros públicos de irrigação, autorizados a adotar os procedimentos previstos neste artigo para liquidação ou renegociação das referidas dívidas, cabendo ao Ministério da Integração Nacional regulamentar referidos procedimentos no prazo de até noventa dias.”(NR)</p>
<p>Art. 8º-B. Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a adotar as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação previstas no art. 8º-A desta Lei para as dívidas originárias de operações de crédito rural que, cumulativamente:</p>		<p>Art. 8º-B São remetidas as dívidas recalculadas nos termos do art. 8º desta Lei, contratadas até 31 de dezembro de 2006, com valor original de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma ou mais operações de um mesmo mutuário, cujos saldos devedores somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em 31 de dezembro de 2015.</p>	<p>“Art. 8º-B São remetidas as dívidas recalculadas nos termos do art. 8º desta Lei, contratadas até 31 de dezembro de 2006, com valor original de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma ou mais operações de um mesmo mutuário, cujos saldos devedores somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em 31 de dezembro de 2015.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>I - sejam oriundas de financiamentos de empreendimento localizado em Municípios da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE onde tenha havido decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2013, reconhecidos pelo Poder Executivo federal; e</p>			<p>I – (revogado);</p>
<p>II - que os ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e cujos débitos não inscritos na Dívida Ativa da União estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União, nos casos em que os devedores requererem nos autos judiciais a liquidação ou a renegociação até 31 de dezembro de 2014.</p>			<p>II – (revogado).</p>
<p>§ 1º A adesão à renegociação de que trata este artigo importa em confissão irretratável da dívida e em autorização à Procuradoria-Geral da União para promover a suspensão do processo de execução até o efetivo cumprimento do ajuste que, se descumprido, ensejará o imediato prosseguimento da execução.</p>		<p>§ 1º Para fins de enquadramento na remissão de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, assim como as efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>	<p>§ 1º Para fins de enquadramento na remissão de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, assim como as efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		I - por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;	I - por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;
		II – no caso de operações que não tenham envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade;	II- no caso de operações que não tenham envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade;
		III – no caso de condomínios de produtores rurais, por participante identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física - CPF, excluindo-se cônjuges;	III - no caso de condomínios de produtores rurais, por participante identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, excluindo-se cônjuges;
		IV – no caso de crédito grupal ou coletivo, por mutuário constante da cédula de crédito.	IV - no caso de crédito grupal ou coletivo, por mutuário constante da cédula de crédito.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 2º O valor das parcelas, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.</p>		<p>§ 2º A remissão de que trata este artigo, alcançará operações com valor originalmente contratadas de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações de um mesmo mutuário até 31 de dezembro de 2006, cujos saldos devedores somem até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 31 de dezembro de 2015 e tenham sido objeto de amortização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do principal, desde que os empreendimentos estejam localizados, alternativamente:</p>	<p>§ 2º A remissão de que trata este artigo alcançará operações com valor originalmente contratadas de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações de um mesmo mutuário até 31 de dezembro de 2006, cujos saldos devedores somem até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 31 de dezembro de 2015, e tenham sido objeto de amortização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do principal, desde que os empreendimentos estejam localizados, alternativamente:</p>
<p>.....</p>		<p>I – em municípios do semiárido do norte do Espírito Santo e nos municípios do norte de Minas Gerais do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da SUDENE;</p>	<p>I – em Municípios do semiárido do norte do Espírito Santo e nos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene;</p>
<p>.....</p>		<p>II – em municípios em que tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 e até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo federal;</p>	<p>II - em Municípios em que tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 e até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo federal;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

.....		III – em municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica; e	III- em Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica; e
.....		IV – em municípios que apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M caracterizado como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;	IV- em Municípios que apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM caracterizado como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
§ 3º Os bens penhorados em garantia da execução deverão desta forma permanecer, para a garantia da renegociação, até a quitação integral do débito, ressalvado o disposto no art. 59 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.		§ 3º A remissão de que trata este artigo abrange somente o saldo devedor, sendo que em nenhuma hipótese haverá devolução de valores a mutuários. (NR)	§ 3º A remissão de que trata este artigo abrange somente o saldo devedor, sendo que em nenhuma hipótese haverá devolução de valores a mutuários.
§ 4º Caberá a cada parte arcar com os honorários de seu advogado, fixados na ação de execução ou de embargos à execução, e ao devedor o pagamento das demais despesas processuais.			§ 4º (Revogado).
§ 5º A liquidação e a renegociação de que trata este artigo serão regulamentadas por ato do Procurador-Geral da União.			§ 5º (Revogado).

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>Art. 8º-C. Ficam suspensos até 31 de dezembro de 2014 as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de crédito rural de que tratam os arts. 8º-A e 8º-B.</p>		<p>Art. 8º-C. Fica autorizada a individualização pelos cooperados, associados e coemitentes das operações contratadas nas modalidades grupal ou coletiva das operações de crédito rural contratadas por cooperativas e associações até 30 de dezembro de 2010, quando lastreadas com recursos do FNE, com recursos mistos do FNE com outras fontes, com risco da União, observado o disposto nos artigos 282 a 284 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.</p>	<p>Art. 8º-C Fica autorizada a individualização, pelos cooperados, associados e coemitentes, das operações contratadas nas modalidades grupal ou coletiva das operações de crédito rural contratadas por cooperativas e associações até 30 de dezembro de 2010, quando lastreadas com recursos do FNE, com recursos mistos do FNE com outras fontes, com risco da União, observado o disposto nos arts. 282 a 284 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.</p>
		<p>§ 1º No caso de que trata o caput deste artigo, fica autorizada a substituição ou a liberação de garantias, nos termos estabelecidos pelo CMN.</p>	<p>§ 1º No caso de que trata o caput deste artigo, fica autorizada a substituição ou a liberação de garantias, nos termos estabelecidos pelo CMN.</p>
		<p>§ 2º No caso de que trata o caput deste artigo, o CMN definirá os casos em que as operações poderão ficar garantidas apenas pela obrigação pessoal e as demais condições para viabilizar a implementação das medidas de que trata esse artigo. (NR)</p>	<p>§ 2º No caso de que trata o caput deste artigo, o CMN definirá os casos em que as operações poderão ficar garantidas apenas pela obrigação pessoal e as demais condições para viabilizar a implementação das medidas de que trata esse artigo.”(NR)</p>
<p>.....</p>	<p>.....</p>	<p>.....</p>	<p>.....</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir linha de crédito rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste - FNE e do Norte - FNO para liquidação, até 31 de dezembro de 2015, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE, do FNO ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, que estiverem em situação de inadimplência em 30 de junho de 2012, observadas as seguintes condições:</p>	<p>“Art. 9º</p>	<p>Art. 9º Fica autorizada até 31 de dezembro de 2017, a repactuação das dívidas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2010, adimplentes ou não, independente da fonte de recursos, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, atualizadas na forma do § 2º do art. 8º, observadas as seguintes condições:</p>	<p>“Art. 9º Fica autorizada, até 31 de dezembro de 2017, a repactuação das dívidas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2010, adimplentes ou não, independentemente da fonte de recursos, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, atualizadas na forma do § 2º do art. 8º, observadas as seguintes condições:</p>
<p>I - forma de apuração do valor do crédito: observando-se o limite de que trata o caput deste artigo, equivalente ao somatório dos saldos devedores das operações a serem liquidadas com a nova operação, retirando-se encargos de inadimplemento e multas e aplicando-se os encargos de normalidade, sem bônus e sem rebate, calculados até a data da liquidação com a contratação da nova operação;</p>		<p>I – empreendimentos localizados nos municípios do semiárido, do norte do Espírito Santo e nos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri compreendidos na área de atuação da SUDENE: bônus de adimplência na forma definida no Anexo VII desta Lei, a ser aplicado sobre o saldo devedor atualizado.</p>	<p>I- empreendimentos localizados nos Municípios do semiárido, do norte do Espírito Santo e nos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene: bônus de adimplência na forma definida no Anexo VII desta Lei, a ser aplicado sobre o saldo devedor atualizado;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>II - bônus adicional: além dos bônus definidos de acordo com o disposto no <u>§ 6º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001</u>, as operações contratadas com base na linha de crédito de que trata o caput no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) fazem jus aos seguintes rebates sobre o principal de cada parcela da nova operação paga até a respectiva data de vencimento:</p>		<p>II - empreendimentos localizados nos demais municípios da área de abrangência de atuação da SUDENE: bônus de adimplência na forma definida no Anexo VIII desta Lei, a ser aplicado sobre o saldo devedor atualizado.</p>	<p>II - empreendimentos localizados nos demais Municípios da área de abrangência de atuação da Sudene: bônus de adimplência na forma definida no Anexo VIII desta Lei, a ser aplicado sobre o saldo devedor atualizado;</p>
<p>a) 15% (quinze por cento) quando as atividades forem desenvolvidas em Municípios localizados no semiárido da área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; e</p>			<p>a) revogado</p>
<p>b) 10% (dez por cento) quando as atividades forem desenvolvidas nos demais Municípios da região Norte e da área de abrangência da Sudene;</p>			<p>b) revogado</p>
<p>.....</p>		<p>.....</p>	<p>.....</p>
<p>V - prazo: de até 10 (dez) anos para o pagamento do saldo devedor, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;</p>		<p>V - prazo: prestações anuais, iguais e sucessivas, fixando o vencimento da primeira parcela para 2021 e da última parcela para 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;</p>	<p>V - prazo: prestações anuais, iguais e sucessivas, fixando o vencimento da primeira parcela para 2021 e da última parcela para 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

VI - carência: de no mínimo 3 (três) anos, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;		VI - carência: até 2020, independente da data de formalização da renegociação;	VI - carência: até 2020, independentemente da data de formalização da renegociação;
.....	
		VIII - amortização prévia calculada sobre o saldo devedor apurado na forma do Inciso I deste artigo, nos seguintes percentuais, depois de aplicados os bônus de adimplência de que tratam os incisos I e II deste artigo:	VIII - amortização prévia calculada sobre o saldo devedor apurado na forma do inciso I deste artigo, nos seguintes percentuais, depois de aplicados os bônus de adimplência de que tratam os incisos I e II deste artigo:
		a) de 1% (um por cento) para mutuários classificados como agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;	a) de 1% (um por cento) para mutuários classificados como agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;
		b) de 3 % (três por cento) para mutuários classificados como médios produtores rurais;	b) de 3 % (três por cento) para mutuários classificados como médios produtores rurais;
		c) de 5% (cinco por cento) para mutuários classificados como grandes produtores rurais.	c) de 5% (cinco por cento) para mutuários classificados como grandes produtores rurais.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 1º As parcelas vencidas das operações renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, ou da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, poderão ser enquadradas na linha de crédito de que trata o caput.</p>		<p>§ 1º As parcelas vencidas das operações renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, ou da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, poderão ser repactuadas na forma deste artigo.</p>	<p>§ 1º As parcelas vencidas das operações renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, ou da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, poderão ser repactuadas na forma deste artigo.</p>
<p>§ 2º Quando a garantia exigir o registro em cartório do instrumento contratual da linha de crédito de que trata o caput deste artigo, admite-se a utilização de recursos do FNE ou do FNO para financiar as respectivas despesas no âmbito da nova operação de que trata este artigo, com base no respectivo protocolo do pedido de assentamento e limitada a 10% (dez por cento) do valor total da operação de crédito a ser contratada.</p>		<p>§ 2º Quando a garantia exigir o registro em cartório do instrumento contratual da linha de crédito de que trata o caput deste artigo, admite-se a utilização de recursos do FNE para financiar as respectivas despesas, com base no respectivo protocolo do pedido de assentamento.</p>	<p>§ 2º Quando a garantia exigir o registro em cartório do instrumento contratual da linha de crédito de que trata o caput deste artigo, admite-se a utilização de recursos do FNE para financiar as respectivas despesas, com base no respectivo protocolo do pedido de assentamento.</p>
<p>§ 3º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2015, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.</p>		<p>§ 3º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.</p>	<p>§ 3º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até a data limite para contratação da linha de crédito de que trata este artigo.</p>	<p>§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2016.</p>	<p>§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.</p>	<p>§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.</p>
<p>§ 5º A adesão à contratação da operação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.</p>		<p>§ 5º A adesão à contratação da operação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.</p>	<p>.....</p>
<p>§ 6º Admite-se o financiamento das despesas com honorários advocatícios e demais despesas processuais com os recursos da linha de crédito de que trata este artigo, limitado a 4% (quatro por cento) do valor total a ser contratado. Revogado pela Lei nº 12.872, de 2013</p>		<p>.....</p>	<p>.....</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 7º O mutuário que vier a inadimplir na linha de crédito de que trata este artigo ficará impedido de tomar novos financiamentos em bancos oficiais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.</p>		<p>§ 7º Para as operações repactuadas ao amparo deste artigo, a inadimplência por parte do mutuário acarretará, além da perda dos descontos de que tratam os incisos I e II deste artigo, impedimento para contratação de novos financiamentos junto às instituições financeiras federais, enquanto permanecer a situação de inadimplemento.</p>	<p>§ 7º Para as operações repactuadas ao amparo deste artigo, a inadimplência por parte do mutuário acarretará, além da perda dos descontos de que tratam os incisos I e II deste artigo, impedimento para contratação de novos financiamentos com as instituições financeiras federais, enquanto permanecer a situação de inadimplemento.</p>
<p>§ 8º Para fins da concessão da linha de crédito de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>		<p>§ 8º Para fins do disposto neste artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>	<p>§ 8º Para fins do disposto neste artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>
<p>I - por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;</p>		<p>I -.....</p>	<p>.....</p>
<p>III - no caso de operação que não tenha envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade.</p>		<p>.....</p>	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		IV – no caso de operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada, pelo resultado da divisão do valor originalmente contratado pelo número de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas.	IV – no caso de operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada, pelo resultado da divisão do valor originalmente contratado pelo número de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas.
§ 9º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto no inciso I do caput deste artigo relativo às operações com risco integral das instituições financeiras oficiais serão assumidos pelas instituições financeiras oficiais.		§ 9º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto no do caput deste artigo relativo às operações com risco integral das instituições financeiras federais serão por essas assumidos.	§ 9º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto no caput deste artigo relativo às operações com risco integral das instituições financeiras federais serão por essas assumidos.
§ 10. Os custos referentes ao ajuste de que trata o inciso I do caput nas operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou do FNO podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações liquidadas com base neste artigo.		§ 10. Os custos referentes ao ajuste de que trata o caput nas operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional ou do FNE podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações liquidadas com base neste artigo.	§ 10. Os custos referentes ao ajuste de que trata o caput nas operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional ou do FNE podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações liquidadas com base neste artigo.
§ 11. Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo, pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I do caput deste artigo.		§ 11. Os descontos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, será apurado e incidirá proporcionalmente para cada faixa de dívida constante do referido Anexo, independentemente do valor originalmente contratado.	§ 11. Os descontos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão apurados e incidirão proporcionalmente para cada faixa de dívida constante do referido Anexo, independentemente do valor originalmente contratado.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 12. Para os efeitos da liquidação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e o não implemento de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>		<p>§ 12. Para os efeitos da repactuação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios e despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e o não implemento de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>	<p>§ 12. Para os efeitos da repactuação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios e despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e o não implemento de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>
	<p>§ 13. Fica suspenso o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2016.</p>	<p>§ 13. Fica suspenso o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2017.</p>	<p>§ 13. Fica suspenso o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2017.</p>
		<p>§ 14. Admite-se a aplicação dos descontos de que trata este artigo às operações amparadas nos incisos V e VI do § 2º do artigo 8º desta Lei, em substituição aos rebates contratualmente fixados para a situação de normalidade.</p>	<p>§ 14. Admite-se a aplicação dos descontos de que trata este artigo às operações amparadas nos incisos V e VI do § 2º do artigo 8º desta Lei, em substituição aos rebates contratualmente fixados para a situação de normalidade.</p>
		<p>§ 15. Os descontos de que trata este artigo serão vinculados ao pagamento de cada uma das parcelas constantes do novo cronograma de vencimento de que trata o inciso V deste artigo, o mutuário que liquidar cada parcela até a data do seu respectivo vencimento, devendo a cláusula de adimplência constar do referido instrumento de crédito.</p>	<p>§ 15. Os descontos de que trata este artigo serão vinculados ao pagamento de cada uma das parcelas constantes do novo cronograma de vencimento de que trata o inciso V deste artigo, o mutuário que liquidar cada parcela até a data do respectivo vencimento, devendo a cláusula de adimplência constar do referido instrumento de crédito.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 16. Para fins do disposto neste artigo, o devedor será classificado pela metodologia atual de porte de produtor rural definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, quando assim requerer formalmente.	§ 16. Para fins do disposto neste artigo, o devedor será classificado pela metodologia atual de porte de produtor rural definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, quando assim o requerer formalmente.
		§ 17. O Conselho Monetário Nacional fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que tratam os artigos 9º e 9º-A desta Lei.	§ 17. O Conselho Monetário Nacional fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que tratam este artigo e o art. 9º-A desta Lei.
		§ 18. Para formalização da renegociação de que trata este artigo, fica dispensada a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados com o Setor Público (CADIN) e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade junto ao FGTS. (NR)	§ 18. Para formalização da renegociação de que trata este artigo, ficam dispensadas a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.”(NR)
Art. 9º-A. Admite-se a inclusão na linha de crédito de que trata o art. 9º das operações de crédito rural de custeio e investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de		Art. 9º-A. Aplica-se o disposto no inciso I do art. 9º desta Lei em substituição ao disposto no inciso II do mesmo artigo, aos demais municípios da área de abrangência de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, desde que atendam a pelo um dos dispositivos abaixo:	Art. 9º-A Aplica-se o disposto no inciso I do art. 9º desta Lei, em substituição ao disposto no inciso II do mesmo artigo, aos demais Municípios da área de abrangência de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, desde que atendam a pelo menos um dos dispositivos abaixo:

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário que estiverem em situação de adimplência em 30 de junho de 2012, cujo empreendimento esteja localizado em Municípios da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, onde tenha sido decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 a 30 de junho de 2013, reconhecidos pelo Poder Executivo federal, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.</p>	<p>I - tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo Federal;</p>	<p>I - tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo Federal;</p>
	<p>II - sejam integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;</p>	<p>II - sejam integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;</p>
	<p>III - apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M caracterizando como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (NR)</p>	<p>III - apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM caracterizando como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.”(NR)</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>Art. 9º-B. Ficam as instituições financeiras federais, autorizadas a proceder a repactuação de dívidas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e do Fundo Constitucional do Norte - FNO, até 31 de dezembro de 2017, independente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2010, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, observadas as seguintes condições:</p>	<p>“Art. 9º-B Ficam as instituições financeiras federais autorizadas a proceder a repactuação de dívidas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, até 31 de dezembro de 2017, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2010, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, observadas as seguintes condições:</p>
		<p>I - apuração do valor do crédito: a partir da data da contratação original da operação, excluindo-se encargos de inadimplemento e multas e aplicando-se os encargos de normalidade, sem bônus e sem rebate, calculados até a data da repactuação;</p>	<p>I - apuração do valor do crédito: a partir da data da contratação original da operação, excluindo-se encargos de inadimplemento e multas e aplicando-se os encargos de normalidade, sem bônus e sem rebate, calculados até a data da repactuação;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		II - bônus adicional: de 10% (dez por cento) sobre o principal de cada parcela da operação renegociada, se paga até a respectiva data do novo vencimento, além dos bônus definidos de acordo com o disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 2001 , para as operações renegociadas com valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);	II- bônus adicional: de 10% (dez por cento) sobre o principal de cada parcela da operação renegociada, se paga até a respectiva data do novo vencimento, além dos bônus definidos de acordo com o disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001 , para as operações renegociadas com valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
		III - garantias: as admitidas para o crédito rural, podendo ser mantidas as mesmas garantias constituídas nos financiamentos originais;	III- garantias: as admitidas para o crédito rural, podendo ser mantidas as mesmas garantias constituídas nos financiamentos originais;
		IV - risco da operação: a mesma posição de risco mantida para as operações pela instituição credora, exceto as operações contratadas com risco do Tesouro Nacional que terão o risco transferido para o respectivo Fundo.	IV- risco da operação: a mesma posição de risco mantida para as operações pela instituição credora, exceto as operações contratadas com risco do Tesouro Nacional que terão o risco transferido para o respectivo Fundo.
		§ 1º Na formalização da repactuação de que trata este artigo, as instituições deverão observar e adotar as seguintes condições:	§ 1º Na formalização da repactuação de que trata este artigo, as instituições deverão observar e adotar as seguintes condições:

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		I - amortização da dívida a ser repactuada: em prestações anuais, iguais e sucessivas, fixando o vencimento da última parcela para 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;	I - amortização da dívida a ser repactuada: em prestações anuais, iguais e sucessivas, fixando o vencimento da última parcela para 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;
		II - carência: de no mínimo 3 (três) anos, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário, contados da data de formalização da operação;	II - carência: de, no mínimo, três anos, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário, contados da data de formalização da operação;
		III - encargos financeiros:	I II- encargos financeiros:
		a) agricultores familiares enquadrados no PRONAF:	a) agricultores familiares enquadrados no PRONAF:
		1. beneficiários dos Grupos A e B: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);	1. beneficiários dos Grupos A e B: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);
		2. demais agricultores do Pronaf com operações de valor até R\$ 10.000,00 (dez mil reais): taxa efetiva de juros de 1,0% a.a. (um por cento ao ano);	2. demais agricultores do Pronaf com operações de valor até R\$ 10.000,00 (dez mil reais): taxa efetiva de juros de 1,0% a.a. (um por cento ao ano);
		3. demais agricultores do Pronaf com operações de valor acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais): taxa efetiva de juros de 2,0% a.a. (dois por cento ao ano);	3. demais agricultores do Pronaf com operações de valor acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais): taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano);

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		4. demais produtores rurais, suas cooperativas e associações: taxa efetiva de juros de 3,5% a.a (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano).	b) demais produtores rurais, suas cooperativas e associações: taxa efetiva de juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano);
		IV - amortização mínima sobre o saldo devedor apurado na forma do art. 2º nos seguintes percentuais:	IV- amortização mínima sobre o saldo devedor apurado na forma do art. 2º nos seguintes percentuais:
		a) de 1% para mutuários classificados como agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;	a) de 1% (um por cento) para mutuários classificados como agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;
		b) de até 5% para mutuários classificados como médios produtores rurais;	b) de até 5% (cinco por cento) para mutuários classificados como médios produtores rurais;
		c) de até 10% para mutuários classificados como grandes produtores rurais.	c) de até 10% (dez por cento) para mutuários classificados como grandes produtores rurais.
		§ 2º Sem prejuízo do disposto no art. 9º-C, as parcelas vencidas das operações repactuadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995, repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 2002, ou da Lei nº 11.775, de 2008, exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, poderão ser repactuadas nos termos deste artigo.	§ 2º Sem prejuízo do disposto no art. 9º-C, as parcelas vencidas das operações repactuadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, repactuadas ou não nos termos das Leis nºs 10.437, de 25 de abril de 2002, ou 11.775, de 17 de setembro de 2008, exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, poderão ser repactuadas nos termos deste artigo.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 3º O CMN fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que trata este artigo.	§ 3º O CMN fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que trata este artigo.
		§ 4º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.	§ 4º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.
		§ 5º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até a data limite para a renegociação de que trata este artigo.	§ 5º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até a data limite para a renegociação de que trata este artigo.
		§ 6º A adesão à contratação da operação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário previamente desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.	§ 6º A adesão à contratação da operação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário previamente desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 7º O mutuário que vier a inadimplir na renegociação de que trata este artigo ficará impedido de tomar novos financiamentos em instituições financeiras federais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.	§ 7º O mutuário que vier a inadimplir na renegociação de que trata este artigo ficará impedido de tomar novos financiamentos em instituições financeiras federais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.
		§ 8º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previstos no inciso I deste artigo relativo às operações com risco integral das instituições financeiras federais serão assumidos pelas instituições financeiras federais.	§ 8º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previstos no inciso I do caput deste artigo relativos às operações com risco integral das instituições financeiras federais serão assumidos pelas instituições financeiras federais.
		§ 9º Os custos referentes ao ajuste dos saldos devedores previstos no inciso I deste artigo relativos às operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional e do FNO, podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas com base neste artigo.	§ 9º Os custos referentes ao ajuste dos saldos devedores previstos no inciso I do caput deste artigo relativos às operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional e do FNO podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas com base neste artigo.
		§ 10 Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo, pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I deste artigo.	§ 10. Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I do caput deste artigo.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>§ 11. Para os efeitos da renegociação e da liquidação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>	<p>§ 11. Para os efeitos da renegociação e da liquidação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida renegociação.”</p>
<p>Art. 8º-A. É autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural, oriundas de financiamentos de empreendimento localizado em Municípios da área de abrangência da Sudene onde tenha havido decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2013, reconhecidos pelo Poder Executivo federal, inscritas na Dívida Ativa da União - DAU até 30 de setembro de 2013:</p>		<p>Art. 8º-A. Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas na Dívida Ativa da União – DAU:</p>	<p>Art. 8º-A Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de dívidas originárias de operações de crédito rural e das dívidas contraídas no âmbito do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra e do Acordo de Empréstimo 4.147-BR, inscritas na Dívida Ativa da União – DAU:</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		I - remissão de dívidas contratadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, cujo saldo devedor atualizado em 31 de dezembro de 2015 seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais);	I - remissão de dívidas contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, cujo saldo devedor atualizado em 31 de dezembro de 2015 seja de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
I - concessão de descontos, conforme quadro constante do Anexo III desta Lei, para a liquidação da dívida até 31 de dezembro de 2014, devendo incidir o desconto percentual sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da renegociação e, em seguida, ser aplicado o respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;		II - concessão de desconto para a liquidação da dívida até 31 de dezembro de 2017, nos percentuais definidos no Anexo III desta Lei, devendo incidir o referido desconto sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da liquidação, observado o disposto no § 10 deste artigo;	II - concessão de desconto para a liquidação da dívida até 31 de dezembro de 2017, nos percentuais definidos no Anexo III desta Lei, devendo incidir o referido desconto sobre a soma dos saldos devedores por mutuário na data da liquidação, observado o disposto no § 10 deste artigo;
II - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações até 31 de dezembro de 2014, mantendo-as na DAU, observadas as seguintes condições:		III - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações, até 31 de dezembro de 2017, mantendo-as na DAU, observadas as seguintes condições:	III - permissão da renegociação do total dos saldos devedores das operações, até 31 de dezembro de 2017, mantendo-as na DAU, observadas as seguintes condições:
a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário;		a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário;	a) prazo de reembolso: 10 (dez) anos, com amortizações em parcelas semestrais ou anuais, de acordo com o fluxo de receitas do mutuário;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>b) concessão de desconto percentual sobre as parcelas da dívida pagas até a data do vencimento renegociado, conforme quadro constante do Anexo IV desta Lei, aplicando-se, em seguida, uma fração do respectivo desconto de valor fixo por faixa de saldo devedor;</p>		<p>b) concessão de desconto sobre as parcelas da dívida pagas até a data do vencimento renegociado, nos percentuais definidos no Anexo IV desta Lei, observado o disposto no § 10 deste artigo;</p>	<p>b) concessão de desconto sobre as parcelas da dívida pagas até a data do vencimento renegociado, nos percentuais definidos no Anexo IV desta Lei, observado o disposto no § 10 deste artigo;</p>
<p>d) o total dos saldos devedores será considerado na data da renegociação, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;</p>		<p>c) o total dos saldos devedores será considerado na data da renegociação, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;</p>	<p>c) total dos saldos devedores será considerado na data da renegociação, para efeito de enquadramento nas faixas de desconto;</p>
<p>e) pagamento da primeira parcela no ato da negociação.</p>		<p>d) pagamento da primeira parcela no ato da negociação;</p>	<p>d) pagamento da primeira parcela no ato da negociação;</p>
<p>c) a fração do desconto de valor fixo a que se refere a alínea b deste inciso será aquela resultante da divisão do respectivo desconto de valor fixo previsto no quadro constante do Anexo IV desta Lei pelo número de parcelas renegociadas conforme a alínea a deste inciso;</p>		<p>e) encargos financeiros: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.</p>	<p>e) encargos financeiros: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.</p>
<p>§ 2º A adesão à renegociação de que trata este artigo importa em autorização à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para promover a suspensão das ações e execuções judiciais para cobrança da dívida até o efetivo cumprimento do ajuste, devendo prosseguir em caso de descumprimento.</p>		<p>§ 1º Os descontos de que tratam o inciso II e a alínea “b” do inciso III deste artigo incidirão proporcionalmente para cada faixa de dívida, independente do valor originalmente contratado.</p>	<p>§ 1º Os descontos de que tratam o inciso II e a alínea b do inciso III deste artigo incidirão proporcionalmente para cada faixa de dívida, independentemente do valor originalmente contratado.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>§ 2º Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a adotar as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de que trata este artigo, para as dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na Dívida Ativa da União, estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União.</p>	<p>§ 2º Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a adotar as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação de que trata este artigo, para as dívidas originárias de operações de crédito rural, cujos ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e os respectivos débitos, não inscritos na Dívida Ativa da União, estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União.</p>
<p>§ 1º Fica a União, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizada a contratar, com dispensa de licitação, instituições financeiras integrantes da administração pública federal, para adotar as providências necessárias a fim de facilitar o processo de liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União - DAU, nos termos desta Lei.</p>		<p>§ 3º Fica a União, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizada a contratar, com dispensa de licitação, instituições financeiras integrantes da Administração Pública Federal, para adotar as providências necessárias no sentido de facilitar o processo de liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União - DAU, nos termos deste artigo.</p>	<p>§ 3º Fica a União, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizada a contratar, com dispensa de licitação, instituições financeiras integrantes da administração pública federal, para adotar as providências necessárias no sentido de facilitar o processo de liquidação ou renegociação de dívidas rurais inscritas em Dívida Ativa da União - DAU, nos termos deste artigo.</p>
<p>§ 4º As instituições financeiras oficiais federais deverão encaminhar à PGFN, até 31 de dezembro de 2013, listagem com todos os débitos já encaminhados para a inscrição em DAU que se enquadrem nos requisitos</p>		<p>§ 4º A liquidação ou renegociação de operações contratadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE observará as seguintes condições:</p>	<p>§ 4º A liquidação ou renegociação de operações contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE observará as seguintes condições:</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

deste artigo.	I - concessão de desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos previstos no inciso II e na alínea “b” do inciso III deste artigo;	I- concessão de desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos previstos no inciso II e na alínea <i>b</i> do inciso III deste artigo;
	II - amortização mínima sobre o saldo devedor a ser renegociado na forma do inciso III deste artigo, calculada após a incidência dos descontos de que trata este artigo, nos seguintes percentuais:	II - amortização mínima sobre o saldo devedor a ser renegociado na forma do inciso III do caput deste artigo, calculada após a incidência dos descontos de que trata este artigo, nos seguintes percentuais:
	a) 1% (um por cento) sobre o saldo devedor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);	a) 1% (um por cento) sobre o saldo devedor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
	b) 3% (três por cento) sobre o saldo devedor entre R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);	b) 3% (três por cento) sobre o saldo devedor entre R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
	c) 5% (cinco por cento) sobre o saldo devedor acima de R\$ 200.000,01 (duzentos mil reais e um centavo).	c) 5% (cinco por cento) sobre o saldo devedor acima de R\$ 200.000,01 (duzentos mil reais e um centavo).
	§ 5º Para fins de aplicação dos descontos de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de responsabilidade de cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão individualizados;	§ 5º Para fins de aplicação dos descontos de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de responsabilidade de cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão individualizados:

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		a) por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;	I- por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;
		b) pelo número de mutuários constantes da cédula de crédito, no caso de crédito rural grupal ou coletivo;	II- pelo número de mutuários constantes da cédula de crédito, no caso de crédito rural grupal ou coletivo;
		c) pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade, no caso de operação que não tenha envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados;	III- pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade, no caso de operação que não tenha envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados;
		d) pelo número de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas, quando se tratar operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada.	IV- pelo número de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas, quando se tratar de operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada.
		§ 6º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e a Advocacia Geral da União - AGU devem adotar as providências necessárias para a suspensão, até 31 de dezembro de 2017:	§ 6º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e a Advocacia-Geral da União - AGU devem adotar as providências necessárias para a suspensão, até 31 de dezembro de 2017:
		a) das execuções fiscais e dos respectivos prazos processuais, cujo objeto tenha como origem a cobrança de dívidas de que trata este artigo, efetuada pela PGFN;	I - das execuções fiscais e dos respectivos prazos processuais, cujo objeto tenha como origem a cobrança de dívidas de que trata este artigo, efetuada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		b) das execuções e dos respectivos prazos processuais, cujo objeto tenha como origem a cobrança de dívidas de que trata este artigo, efetuadas pela Advocacia Geral da União - AGU.	II - das execuções e dos respectivos prazos processuais, cujo objeto tenha como origem a cobrança de dívidas de que trata este artigo, efetuadas pela Advocacia-Geral da União - AGU.
		§ 7º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.	§ 7º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.
§ 3º O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito à situação anterior, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.		§ 8º O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito à situação anterior, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.	§ 8º O descumprimento do parcelamento resultará na perda dos benefícios, retornando o valor do débito à situação anterior, deduzido o valor integral referente às parcelas pagas.
		§ 9º As dívidas oriundas de operações de crédito rural ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase II, inscritas na DAU e liquidadas ou renegociadas até 31 de dezembro de 2017, farão jus a um desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos nos incisos II e III deste artigo.	§ 9º As dívidas oriundas de operações de crédito rural ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER - Fase II, inscritas na DAU e liquidadas ou renegociadas até 31 de dezembro de 2017, farão jus a um desconto adicional de 10 (dez) pontos percentuais, a ser somado aos descontos percentuais previstos nos incisos II e III deste artigo.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>§ 10. Para as operações do Prodecer - Fase II de que trata os § 9º deste artigo, e mediante solicitação do mutuário, fica o Ministério da Fazenda autorizado a definir descontos adicionais a serem aplicados para liquidação ou renegociação dessas operações, com base na revisão de garantias efetuada conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da seguinte forma:</p>	<p>§ 10. Para as operações do Prodecer - Fase II de que trata o § 9º deste artigo e mediante solicitação do mutuário, fica o Ministério da Fazenda autorizado a definir descontos adicionais a serem aplicados para liquidação ou renegociação dessas operações, com base na revisão de garantias efetuada conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da seguinte forma:</p>
		<p>I - no caso de liquidação, mediante avaliação do valor atual das garantias e dos bens financiados;</p>	<p>I - no caso de liquidação, mediante avaliação do valor atual das garantias e dos bens financiados;</p>
		<p>II - no caso de renegociação, com base no valor da receita líquida média por hectare para as atividades desenvolvidas na área do Programa, apurada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.</p>	<p>II - no caso de renegociação, com base no valor da receita líquida média por hectare para as atividades desenvolvidas na área do Programa, apurada pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.</p>
		<p>§ 11. Às dívidas originárias de crédito rural inscritas na DAU ou que vierem a ser inscritas a partir da publicação desta Lei não será acrescida a taxa de 20% (vinte por cento) a título do encargo legal previsto no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, devendo os valores já imputados ser deduzidos dos respectivos saldos devedores.</p>	<p>§ 11. Às dívidas originárias de crédito rural inscritas na DAU ou que vierem a ser inscritas a partir da publicação desta Lei não será acrescida a taxa de 20% (vinte por cento) a título do encargo legal previsto no Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, devendo os valores já imputados ser deduzidos dos respectivos saldos devedores.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 12. As disposições deste artigo podem ser aplicadas às operações renegociadas ao amparo dos arts. 8º e 8-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , quando requeridas pelo devedor.	§ 12. As disposições deste artigo podem ser aplicadas às operações renegociadas ao amparo dos arts. 8º e 8-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , quando requeridas pelo devedor.
§ 5º A renegociação de que trata este artigo será regulamentada por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.		§ 13. As disposições de que trata este artigo serão regulamentadas, conforme o caso, por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou do Advogado-Geral da União - AGU.	§ 13. As disposições de que trata este artigo serão regulamentadas, conforme o caso, por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional – PGFN ou do Advogado-Geral da União - AGU.
		§ 14. Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, quanto às dívidas vencidas relativas a vendas de lotes para titulação, da infraestrutura de irrigação de uso comum (K1) e das tarifas d'água (k2) nos perímetros públicos de irrigação, autorizadas a adotar os procedimentos previstos neste artigo para liquidação ou renegociação das referidas dívidas, cabendo ao Ministério da Integração Nacional regulamentar referidos procedimentos no prazo de até 90 (noventa) dias. (NR)	§ 14. Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, quanto às dívidas vencidas relativas a vendas de lotes para titulação, a infraestrutura de irrigação de uso comum (K1) e às tarifas d'água (K2) nos perímetros públicos de irrigação, autorizados a adotar os procedimentos previstos neste artigo para liquidação ou renegociação das referidas dívidas, cabendo ao Ministério da Integração Nacional regulamentar referidos procedimentos no prazo de até noventa dias.”(NR)

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>Art. 8º-B. Fica a Advocacia-Geral da União autorizada a adotar as medidas de estímulo à liquidação ou à renegociação previstas no art. 8º-A desta Lei para as dívidas originárias de operações de crédito rural que, cumulativamente:</p>		<p>Art. 8º-B São remetidas as dívidas recalculadas nos termos do art. 8º desta Lei, contratadas até 31 de dezembro de 2006, com valor original de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma ou mais operações de um mesmo mutuário, cujos saldos devedores somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em 31 de dezembro de 2015.</p>	<p>“Art. 8º-B São remetidas as dívidas recalculadas nos termos do art. 8º desta Lei, contratadas até 31 de dezembro de 2006, com valor original de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma ou mais operações de um mesmo mutuário, cujos saldos devedores somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em 31 de dezembro de 2015.</p>
<p>I - sejam oriundas de financiamentos de empreendimento localizado em Municípios da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE onde tenha havido decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, entre 1º de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2013, reconhecidos pelo Poder Executivo federal; e</p>			<p>I – (revogado);</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>II - que os ativos tenham sido transferidos para o Tesouro Nacional e cujos débitos não inscritos na Dívida Ativa da União estejam sendo executados pela Procuradoria-Geral da União, nos casos em que os devedores requererem nos autos judiciais a liquidação ou a renegociação até 31 de dezembro de 2014.</p>			<p>II – (revogado).</p>
<p>§ 1º A adesão à renegociação de que trata este artigo importa em confissão irretratável da dívida e em autorização à Procuradoria-Geral da União para promover a suspensão do processo de execução até o efetivo cumprimento do ajuste que, se descumprido, ensejará o imediato prosseguimento da execução.</p>		<p>§ 1º Para fins de enquadramento na remissão de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, assim como as efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>	<p>§ 1º Para fins de enquadramento na remissão de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, assim como as efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>
		<p>I - por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;</p>	<p>I - por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;</p>
		<p>II – no caso de operações que não tenham envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade;</p>	<p>II- no caso de operações que não tenham envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		III – no caso de condomínios de produtores rurais, por participante identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoa Física - CPF, excluindo-se cônjuges;	III - no caso de condomínios de produtores rurais, por participante identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, excluindo-se cônjuges;
		IV – no caso de crédito grupal ou coletivo, por mutuário constante da cédula de crédito.	IV - no caso de crédito grupal ou coletivo, por mutuário constante da cédula de crédito.
§ 2º O valor das parcelas, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.		§ 2º A remissão de que trata este artigo, alcançará operações com valor originalmente contratadas de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações de um mesmo mutuário até 31 de dezembro de 2006, cujos saldos devedores somem até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 31 de dezembro de 2015 e tenham sido objeto de amortização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do principal, desde que os empreendimentos estejam localizados, alternativamente:	§ 2º A remissão de que trata este artigo alcançará operações com valor originalmente contratadas de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações de um mesmo mutuário até 31 de dezembro de 2006, cujos saldos devedores somem até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 31 de dezembro de 2015, e tenham sido objeto de amortização de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do principal, desde que os empreendimentos estejam localizados, alternativamente:
.....		I – em municípios do semiárido do norte do Espírito Santo e nos municípios do norte de Minas Gerais do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da SUDENE;	I – em Municípios do semiárido do norte do Espírito Santo e nos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

.....		II – em municípios em que tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 e até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo federal;	II - em Municípios em que tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 e até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo federal;
.....		III – em municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica; e	III- em Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica; e
.....		IV – em municípios que apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M caracterizado como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;	IV- em Municípios que apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM caracterizado como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
§ 3º Os bens penhorados em garantia da execução deverão desta forma permanecer, para a garantia da renegociação, até a quitação integral do débito, ressalvado o disposto no art. 59 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.		§ 3º A remissão de que trata este artigo abrange somente o saldo devedor, sendo que em nenhuma hipótese haverá devolução de valores a mutuários. (NR)	§ 3º A remissão de que trata este artigo abrange somente o saldo devedor, sendo que em nenhuma hipótese haverá devolução de valores a mutuários.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 4º Caberá a cada parte arcar com os honorários de seu advogado, fixados na ação de execução ou de embargos à execução, e ao devedor o pagamento das demais despesas processuais.</p>			<p>§ 4º (Revogado).</p>
<p>§ 5º A liquidação e a renegociação de que trata este artigo serão regulamentadas por ato do Procurador-Geral da União.</p>			<p>§ 5º (Revogado).</p>
<p>Art. 8º-C. Ficam suspensos até 31 de dezembro de 2014 as execuções fiscais e os respectivos prazos processuais, cujo objeto seja a cobrança de crédito rural de que tratam os arts. 8º-A e 8º-B.</p>		<p>Art. 8º-C. Fica autorizada a individualização pelos cooperados, associados e coemitentes das operações contratadas nas modalidades grupal ou coletiva das operações de crédito rural contratadas por cooperativas e associações até 30 de dezembro de 2010, quando lastreadas com recursos do FNE, com recursos mistos do FNE com outras fontes, com risco da União, observado o disposto nos artigos 282 a 284 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.</p>	<p>Art. 8º-C Fica autorizada a individualização, pelos cooperados, associados e coemitentes, das operações contratadas nas modalidades grupal ou coletiva das operações de crédito rural contratadas por cooperativas e associações até 30 de dezembro de 2010, quando lastreadas com recursos do FNE, com recursos mistos do FNE com outras fontes, com risco da União, observado o disposto nos arts. 282 a 284 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.</p>
		<p>§ 1º No caso de que trata o caput deste artigo, fica autorizada a substituição ou a liberação de garantias, nos termos estabelecidos pelo CMN.</p>	<p>§ 1º No caso de que trata o caput deste artigo, fica autorizada a substituição ou a liberação de garantias, nos termos estabelecidos pelo CMN.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 2º No caso de que trata o caput deste artigo, o CMN definirá os casos em que as operações poderão ficar garantidas apenas pela obrigação pessoal e as demais condições para viabilizar a implementação das medidas de que trata esse artigo. (NR)	§ 2º No caso de que trata o caput deste artigo, o CMN definirá os casos em que as operações poderão ficar garantidas apenas pela obrigação pessoal e as demais condições para viabilizar a implementação das medidas de que trata esse artigo.”(NR)
.....
Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir linha de crédito rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste - FNE e do Norte - FNO para liquidação, até 31 de dezembro de 2015, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE, do FNO ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, que estiverem em situação de inadimplência em 30 de junho de 2012, observadas as seguintes condições:	“Art. 9º	Art. 9º Fica autorizada até 31 de dezembro de 2017, a repactuação das dívidas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2010, adimplentes ou não, independente da fonte de recursos, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, atualizadas na forma do § 2º do art. 8º, observadas as seguintes condições:	“Art. 9º Fica autorizada, até 31 de dezembro de 2017, a repactuação das dívidas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2010, adimplentes ou não, independentemente da fonte de recursos, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, atualizadas na forma do § 2º do art. 8º, observadas as seguintes condições:

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>I - forma de apuração do valor do crédito: observando-se o limite de que trata o caput deste artigo, equivalente ao somatório dos saldos devedores das operações a serem liquidadas com a nova operação, retirando-se encargos de inadimplemento e multas e aplicando-se os encargos de normalidade, sem bônus e sem rebate, calculados até a data da liquidação com a contratação da nova operação;</p>		<p>I – empreendimentos localizados nos municípios do semiárido, do norte do Espírito Santo e nos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri compreendidos na área de atuação da SUDENE: bônus de adimplência na forma definida no Anexo VII desta Lei, a ser aplicado sobre o saldo devedor atualizado.</p>	<p>I- empreendimentos localizados nos Municípios do semiárido, do norte do Espírito Santo e nos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene: bônus de adimplência na forma definida no Anexo VII desta Lei, a ser aplicado sobre o saldo devedor atualizado;</p>
<p>II - bônus adicional: além dos bônus definidos de acordo com o disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, as operações contratadas com base na linha de crédito de que trata o caput no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) fazem jus aos seguintes rebates sobre o principal de cada parcela da nova operação paga até a respectiva data de vencimento:</p>		<p>II - empreendimentos localizados nos demais municípios da área de abrangência de atuação da SUDENE: bônus de adimplência na forma definida no Anexo VIII desta Lei, a ser aplicado sobre o saldo devedor atualizado.</p>	<p>II - empreendimentos localizados nos demais Municípios da área de abrangência de atuação da Sudene: bônus de adimplência na forma definida no Anexo VIII desta Lei, a ser aplicado sobre o saldo devedor atualizado;</p>
<p>a) 15% (quinze por cento) quando as atividades forem desenvolvidas em Municípios localizados no semiárido da área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; e</p>			<p>b) revogado</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

b) 10% (dez por cento) quando as atividades forem desenvolvidas nos demais Municípios da região Norte e da área de abrangência da Sudene;			b) revogado
.....	
V - prazo: de até 10 (dez) anos para o pagamento do saldo devedor, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;		V - prazo: prestações anuais, iguais e sucessivas, fixando o vencimento da primeira parcela para 2021 e da última parcela para 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;	V - prazo: prestações anuais, iguais e sucessivas, fixando o vencimento da primeira parcela para 2021 e da última parcela para 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;
VI - carência: de no mínimo 3 (três) anos, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;		VI - carência: até 2020, independente da data de formalização da renegociação;	VI - carência: até 2020, independentemente da data de formalização da renegociação;
.....	
		VIII - amortização prévia calculada sobre o saldo devedor apurado na forma do Inciso I deste artigo, nos seguintes percentuais, depois de aplicados os bônus de adimplência de que tratam os incisos I e II deste artigo:	VIII - amortização prévia calculada sobre o saldo devedor apurado na forma do inciso I deste artigo, nos seguintes percentuais, depois de aplicados os bônus de adimplência de que tratam os incisos I e II deste artigo:
		a) de 1% (um por cento) para mutuários classificados como agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;	a) de 1% (um por cento) para mutuários classificados como agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;
		b) de 3 % (três por cento) para mutuários classificados como médios produtores rurais;	b) de 3 % (três por cento) para mutuários classificados como médios produtores rurais;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		c) de 5% (cinco por cento) para mutuários classificados como grandes produtores rurais.	c) de 5% (cinco por cento) para mutuários classificados como grandes produtores rurais.
§ 1º As parcelas vencidas das operações renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 , repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 , da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006 , ou da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001 , poderão ser enquadradas na linha de crédito de que trata o caput.		§ 1º As parcelas vencidas das operações renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 , repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 , da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006 , ou da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001 , poderão ser repactuadas na forma deste artigo.	§ 1º As parcelas vencidas das operações renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995 , repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002 , da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006 , ou da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001 , poderão ser repactuadas na forma deste artigo.
§ 2º Quando a garantia exigir o registro em cartório do instrumento contratual da linha de crédito de que trata o caput deste artigo, admite-se a utilização de recursos do FNE ou do FNO para financiar as respectivas despesas no âmbito da nova operação de que trata este artigo, com base no respectivo protocolo do pedido de assentamento e limitada a 10% (dez por cento) do valor total da operação de crédito a ser contratada.		§ 2º Quando a garantia exigir o registro em cartório do instrumento contratual da linha de crédito de que trata o caput deste artigo, admite-se a utilização de recursos do FNE para financiar as respectivas despesas, com base no respectivo protocolo do pedido de assentamento.	§ 2º Quando a garantia exigir o registro em cartório do instrumento contratual da linha de crédito de que trata o caput deste artigo, admite-se a utilização de recursos do FNE para financiar as respectivas despesas, com base no respectivo protocolo do pedido de assentamento.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 3º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2015, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.</p>		<p>§ 3º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.</p>	<p>§ 3º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.</p>
<p>§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até a data limite para contratação da linha de crédito de que trata este artigo.</p>	<p>§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2016.</p>	<p>§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.</p>	<p>§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até 31 de dezembro de 2017.</p>
<p>§ 5º A adesão à contratação da operação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.</p>		<p>§ 5º A adesão à contratação da operação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.</p>	<p>.....</p>
<p>§ 6º Admite-se o financiamento das despesas com honorários advocatícios e demais despesas processuais com os recursos da linha de crédito de que trata este artigo, limitado a 4% (quatro por cento) do valor total a ser contratado. Revogado pela Lei nº 12.872, de 2013</p>		<p>.....</p>	<p>.....</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 7º O mutuário que vier a inadimplir na linha de crédito de que trata este artigo ficará impedido de tomar novos financiamentos em bancos oficiais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.</p>		<p>§ 7º Para as operações repactuadas ao amparo deste artigo, a inadimplência por parte do mutuário acarretará, além da perda dos descontos de que tratam os incisos I e II deste artigo, impedimento para contratação de novos financiamentos junto às instituições financeiras federais, enquanto permanecer a situação de inadimplemento.</p>	<p>§ 7º Para as operações repactuadas ao amparo deste artigo, a inadimplência por parte do mutuário acarretará, além da perda dos descontos de que tratam os incisos I e II deste artigo, impedimento para contratação de novos financiamentos com as instituições financeiras federais, enquanto permanecer a situação de inadimplemento.</p>
<p>§ 8º Para fins da concessão da linha de crédito de que trata este artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>		<p>§ 8º Para fins do disposto neste artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>	<p>§ 8º Para fins do disposto neste artigo, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações e condomínios de produtores rurais, inclusive as operações efetuadas na modalidade grupal ou coletiva, serão apurados:</p>
<p>I - por cédula-filha ou instrumento de crédito individual firmado por beneficiário final do crédito;</p>		<p>I -.....</p>	<p>.....</p>
<p>III - no caso de operação que não tenha envolvido repasse de recursos a cooperados ou associados, pelo resultado da divisão dos saldos devedores pelo número total de cooperados ou associados ativos da entidade.</p>		<p>.....</p>	

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		IV – no caso de operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada, pelo resultado da divisão do valor originalmente contratado pelo número de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas.	IV – no caso de operação contratada por pessoa jurídica constituída por cotas de responsabilidade limitada, pelo resultado da divisão do valor originalmente contratado pelo número de cotistas constantes da cédula de crédito, desde que vinculados no instrumento de crédito como coobrigados ou avalistas.
§ 9º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto no inciso I do caput deste artigo relativo às operações com risco integral das instituições financeiras oficiais serão assumidos pelas instituições financeiras oficiais.		§ 9º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto no do caput deste artigo relativo às operações com risco integral das instituições financeiras federais serão por essas assumidos.	§ 9º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto no caput deste artigo relativo às operações com risco integral das instituições financeiras federais serão por essas assumidos.
§ 10. Os custos referentes ao ajuste de que trata o inciso I do caput nas operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou do FNO podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações liquidadas com base neste artigo.		§ 10. Os custos referentes ao ajuste de que trata o caput nas operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional ou do FNE podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações liquidadas com base neste artigo.	§ 10. Os custos referentes ao ajuste de que trata o caput nas operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional ou do FNE podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações liquidadas com base neste artigo.
§ 11. Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo, pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I do caput deste artigo.		§ 11. Os descontos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo, será apurado e incidirá proporcionalmente para cada faixa de dívida constante do referido Anexo, independentemente do valor originalmente contratado.	§ 11. Os descontos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão apurados e incidirão proporcionalmente para cada faixa de dívida constante do referido Anexo, independentemente do valor originalmente contratado.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>§ 12. Para os efeitos da liquidação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e o não implemento de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>		<p>§ 12. Para os efeitos da repactuação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios e despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e o não implemento de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>	<p>§ 12. Para os efeitos da repactuação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios e despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e o não implemento de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>
	<p>§ 13. Fica suspenso o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2016.</p>	<p>§ 13. Fica suspenso o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2017.</p>	<p>§ 13. Fica suspenso o encaminhamento para cobrança judicial referente às operações enquadráveis neste artigo até 31 de dezembro de 2017.</p>
		<p>§ 14. Admite-se a aplicação dos descontos de que trata este artigo às operações amparadas nos incisos V e VI do § 2º do artigo 8º desta Lei, em substituição aos rebates contratualmente fixados para a situação de normalidade.</p>	<p>§ 14. Admite-se a aplicação dos descontos de que trata este artigo às operações amparadas nos incisos V e VI do § 2º do artigo 8º desta Lei, em substituição aos rebates contratualmente fixados para a situação de normalidade.</p>
		<p>§ 15. Os descontos de que trata este artigo serão vinculados ao pagamento de cada uma das parcelas constantes do novo cronograma de vencimento de que trata o inciso V deste artigo, o mutuário que liquidar cada parcela até a data do seu respectivo vencimento, devendo a cláusula de adimplência constar do referido instrumento de crédito.</p>	<p>§ 15. Os descontos de que trata este artigo serão vinculados ao pagamento de cada uma das parcelas constantes do novo cronograma de vencimento de que trata o inciso V deste artigo, o mutuário que liquidar cada parcela até a data do respectivo vencimento, devendo a cláusula de adimplência constar do referido instrumento de crédito.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 16. Para fins do disposto neste artigo, o devedor será classificado pela metodologia atual de porte de produtor rural definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, quando assim requerer formalmente.	§ 16. Para fins do disposto neste artigo, o devedor será classificado pela metodologia atual de porte de produtor rural definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, quando assim o requerer formalmente.
		§ 17. O Conselho Monetário Nacional fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que tratam os artigos 9º e 9º-A desta Lei.	§ 17. O Conselho Monetário Nacional fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que tratam este artigo e o art. 9º-A desta Lei.
		§ 18. Para formalização da renegociação de que trata este artigo, fica dispensada a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados com o Setor Público (CADIN) e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade junto ao FGTS. (NR)	§ 18. Para formalização da renegociação de que trata este artigo, ficam dispensadas a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.”(NR)
Art. 9º-A. Admite-se a inclusão na linha de crédito de que trata o art. 9º das operações de crédito rural de custeio e investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de		Art. 9º-A. Aplica-se o disposto no inciso I do art. 9º desta Lei em substituição ao disposto no inciso II do mesmo artigo, aos demais municípios da área de abrangência de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, desde que atendam a pelo um dos dispositivos abaixo:	Art. 9º-A Aplica-se o disposto no inciso I do art. 9º desta Lei, em substituição ao disposto no inciso II do mesmo artigo, aos demais Municípios da área de abrangência de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, desde que atendam a pelo menos um dos dispositivos abaixo:

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>dezembro de 2006, no valor original de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário que estiverem em situação de adimplência em 30 de junho de 2012, cujo empreendimento esteja localizado em Municípios da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, onde tenha sido decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 a 30 de junho de 2013, reconhecidos pelo Poder Executivo federal, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.</p>	<p>I - tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo Federal;</p>	<p>I - tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo Federal;</p>
	<p>II - sejam integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;</p>	<p>II - sejam integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;</p>
	<p>III - apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M caracterizando como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (NR)</p>	<p>III - apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM caracterizando como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.”(NR)</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>Art. 9º-B. Ficam as instituições financeiras federais, autorizadas a proceder a repactuação de dívidas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e do Fundo Constitucional do Norte - FNO, até 31 de dezembro de 2017, independente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2010, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, observadas as seguintes condições:</p>	<p>“Art. 9º-B Ficam as instituições financeiras federais autorizadas a proceder a repactuação de dívidas de operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, até 31 de dezembro de 2017, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2010, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, observadas as seguintes condições:</p>
		<p>I - apuração do valor do crédito: a partir da data da contratação original da operação, excluindo-se encargos de inadimplemento e multas e aplicando-se os encargos de normalidade, sem bônus e sem rebate, calculados até a data da repactuação;</p>	<p>I - apuração do valor do crédito: a partir da data da contratação original da operação, excluindo-se encargos de inadimplemento e multas e aplicando-se os encargos de normalidade, sem bônus e sem rebate, calculados até a data da repactuação;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		II - bônus adicional: de 10% (dez por cento) sobre o principal de cada parcela da operação renegociada, se paga até a respectiva data do novo vencimento, além dos bônus definidos de acordo com o disposto no <u>§ 6º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 2001</u> , para as operações renegociadas com valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);	II- bônus adicional: de 10% (dez por cento) sobre o principal de cada parcela da operação renegociada, se paga até a respectiva data do novo vencimento, além dos bônus definidos de acordo com o disposto no <u>§ 6º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001</u> , para as operações renegociadas com valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
		III - garantias: as admitidas para o crédito rural, podendo ser mantidas as mesmas garantias constituídas nos financiamentos originais;	III- garantias: as admitidas para o crédito rural, podendo ser mantidas as mesmas garantias constituídas nos financiamentos originais;
		IV - risco da operação: a mesma posição de risco mantida para as operações pela instituição credora, exceto as operações contratadas com risco do Tesouro Nacional que terão o risco transferido para o respectivo Fundo.	IV- risco da operação: a mesma posição de risco mantida para as operações pela instituição credora, exceto as operações contratadas com risco do Tesouro Nacional que terão o risco transferido para o respectivo Fundo.
		§ 1º Na formalização da repactuação de que trata este artigo, as instituições deverão observar e adotar as seguintes condições:	§ 1º Na formalização da repactuação de que trata este artigo, as instituições deverão observar e adotar as seguintes condições:

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		I - amortização da dívida a ser repactuada: em prestações anuais, iguais e sucessivas, fixando o vencimento da última parcela para 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;	I - amortização da dívida a ser repactuada: em prestações anuais, iguais e sucessivas, fixando o vencimento da última parcela para 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário;
		II - carência: de no mínimo 3 (três) anos, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário, contados da data de formalização da operação;	II - carência: de, no mínimo, três anos, de acordo com a capacidade de pagamento do mutuário, contados da data de formalização da operação;
		III - encargos financeiros:	I II- encargos financeiros:
		a) agricultores familiares enquadrados no PRONAF:	a) agricultores familiares enquadrados no PRONAF:
		1. beneficiários dos Grupos A e B: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);	1. beneficiários dos Grupos A e B: taxa efetiva de juros de 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano);
		2. demais agricultores do Pronaf com operações de valor até R\$ 10.000,00 (dez mil reais): taxa efetiva de juros de 1,0% a.a. (um por cento ao ano);	2. demais agricultores do Pronaf com operações de valor até R\$ 10.000,00 (dez mil reais): taxa efetiva de juros de 1,0% a.a. (um por cento ao ano);
		3. demais agricultores do Pronaf com operações de valor acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais): taxa efetiva de juros de 2,0% a.a. (dois por cento ao ano);	3. demais agricultores do Pronaf com operações de valor acima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais): taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano);

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		4. demais produtores rurais, suas cooperativas e associações: taxa efetiva de juros de 3,5% a.a (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano).	b) demais produtores rurais, suas cooperativas e associações: taxa efetiva de juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano);
		IV - amortização mínima sobre o saldo devedor apurado na forma do art. 2º nos seguintes percentuais:	IV- amortização mínima sobre o saldo devedor apurado na forma do art. 2º nos seguintes percentuais:
		a) de 1% para mutuários classificados como agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;	a) de 1% (um por cento) para mutuários classificados como agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais;
		b) de até 5% para mutuários classificados como médios produtores rurais;	b) de até 5% (cinco por cento) para mutuários classificados como médios produtores rurais;
		c) de até 10% para mutuários classificados como grandes produtores rurais.	c) de até 10% (dez por cento) para mutuários classificados como grandes produtores rurais.
		§ 2º Sem prejuízo do disposto no art. 9º-C, as parcelas vencidas das operações repactuadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995, repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 2002, ou da Lei nº 11.775, de 2008, exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, poderão ser repactuadas nos termos deste artigo.	§ 2º Sem prejuízo do disposto no art. 9º-C, as parcelas vencidas das operações repactuadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, repactuadas ou não nos termos das Leis nºs 10.437, de 25 de abril de 2002, ou 11.775, de 17 de setembro de 2008, exceto as cedidas à União ao amparo da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, poderão ser repactuadas nos termos deste artigo.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 3º O CMN fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que trata este artigo.	§ 3º O CMN fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que trata este artigo.
		§ 4º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.	§ 4º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito rural enquadráveis neste artigo.
		§ 5º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até a data limite para a renegociação de que trata este artigo.	§ 5º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei até a data limite para a renegociação de que trata este artigo.
		§ 6º A adesão à contratação da operação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário previamente desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.	§ 6º A adesão à contratação da operação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário previamente desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 7º O mutuário que vier a inadimplir na renegociação de que trata este artigo ficará impedido de tomar novos financiamentos em instituições financeiras federais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.	§ 7º O mutuário que vier a inadimplir na renegociação de que trata este artigo ficará impedido de tomar novos financiamentos em instituições financeiras federais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.
		§ 8º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previstos no inciso I deste artigo relativo às operações com risco integral das instituições financeiras federais serão assumidos pelas instituições financeiras federais.	§ 8º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previstos no inciso I do caput deste artigo relativos às operações com risco integral das instituições financeiras federais serão assumidos pelas instituições financeiras federais.
		§ 9º Os custos referentes ao ajuste dos saldos devedores previstos no inciso I deste artigo relativos às operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional e do FNO, podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas com base neste artigo.	§ 9º Os custos referentes ao ajuste dos saldos devedores previstos no inciso I do caput deste artigo relativos às operações com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional e do FNO [✓] podem ser suportados pelas respectivas fontes, respeitada a proporção do risco de cada um no total das operações renegociadas com base neste artigo.
		§ 10 Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo, pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I deste artigo.	§ 10. Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo [✓] pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I do caput deste artigo.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		§ 11. Para os efeitos da renegociação e da liquidação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida renegociação.	§ 11. Para os efeitos da renegociação e da liquidação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida renegociação.”
--	--	--	---

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>Art. 9º-C. Para as operações alongadas ao amparo dos §§ 3º ou 6º do artigo 5º da Lei nº 9.138, de 1995, repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 2002, da Lei nº 11.322, de 2006, ou da Lei nº 11.775, de 2008, lastreadas com recursos do FNO, fica o BASA autorizado a proceder o recálculo das referidas operações, observando que a atualização do débito deve retornar à origem do financiamento que consolidou a operação alongada, aplicando-se a redução dos encargos prevista na cédula original sobre 100% (cem por cento) dos encargos financeiros incidentes sobre do capital liberado, devendo a instituição financeira:</p>	<p>Art. 9º-C Para as operações alongadas ao amparo dos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, repactuadas ou não nos termos das Leis nºs 10.437, de 25 de abril de 2002, 11.322, de 13 de julho de 2006, ou 11.775, de 17 de setembro de 2008, lastreadas com recursos do FNO, fica o Banco da Amazônia S.A. autorizado a proceder ao recálculo das referidas operações, observando que a atualização do débito deve retornar à origem do financiamento que consolidou a operação alongada, aplicando-se a redução dos encargos prevista na cédula original sobre 100% (cem por cento) dos encargos financeiros incidentes sobre o capital liberado, devendo a instituição financeira proceder aos ajustes necessários nos saldos devedores na data em que essas dívidas foram renegociados com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, repactuadas ou não nos termos das Leis nºs 10.437, de 25 de abril de 2002, 11.322, de 13 de julho de 2006, ou 11.775, de 17 de setembro de 2008.</p>
--	--	---	---

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		I - proceder os ajustes necessários nos saldos devedores na data em que essas dívidas foram renegociados com base no nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995 , repactuadas ou não nos termos da Lei nº 10.437, de 2002 , da Lei nº 11.322, de 2006 , ou da de 2008;	
		II - caso o recálculo da dívida de que trata este artigo resulte em saldo devedor igual ou menor que 0 (zero), a operação será considerada liquidada, não havendo, em hipótese alguma, devolução de valores a mutuários.	§ 1º Caso o recálculo da dívida de que trata este artigo resulte em saldo devedor igual ou menor que zero, a operação será considerada liquidada, não havendo, em hipótese alguma, devolução de valores a mutuários.
		Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional regulamentará as disposições deste artigo, em até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei.	2º O Conselho Monetário Nacional regulamentará as disposições deste artigo, em até noventa dias após a publicação desta Lei.”

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>Art. 10. Fica autorizada a renegociação das operações de crédito rural que estavam inadimplentes em dezembro de 2011, contratadas a partir de 2007, nas condições estabelecidas por resolução do Conselho Monetário Nacional.</p>		<p>Art. 10. Fica autorizada a repactuação das operações de crédito rural contratadas entre 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2014, relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da SUDENE, adimplentes ou não, vencidas e vincendas, nas condições estabelecidas por resolução do Conselho Monetário Nacional, observando ainda:</p>	<p>Art. 10. Fica autorizada a repactuação das operações de crédito rural contratadas entre 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2014, relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene, adimplentes ou não, vencidas e vincendas, nas condições estabelecidas por resolução do Conselho Monetário Nacional, observando ainda:</p>
		<p>I - que a repactuação deve alcançar as parcelas vencidas e vincendas à partir da data de contratação da operação até 31 de dezembro de 2017;</p>	<p>I - que a repactuação deve alcançar as parcelas vencidas e vincendas a partir da data de contratação da operação até 31 de dezembro de 2017;</p>
		<p>II - reembolso:</p>	<p>II - reembolso:</p>
		<p>a) para operações de investimentos e relativas a crédito de emergência: em até 6 (seis) anos após o vencimento da última prestação contratual, respeitado o limite de 1 (um) ano para cada parcela anual vencida e não paga e vincenda até 31 de dezembro de 2017;</p>	<p>a) para operações de investimentos e relativas a crédito de emergência: em até seis anos após o vencimento da última prestação contratual, respeitado o limite de um ano para cada parcela anual vencida e não paga e vincenda até 31 de dezembro de 2017;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		b) para operações de custeio, comercialização e relativas a crédito de emergência, integralmente vencidas: primeira parcela com vencimento em 2018 e última em 2024.	b) para operações de custeio, comercialização e relativas a crédito de emergência, integralmente vencidas: primeira parcela com vencimento em 2018 e última em 2024;
		III - que a dívida vencida, ou as parcelas vencidas e vincendas a serem repactuadas sejam mantidas com os encargos de normalidade, excluindo-se multas e encargos de inadimplemento.	III - que a dívida vencida ou as parcelas vencidas e vincendas a serem repactuadas sejam mantidas com os encargos de normalidade, excluindo-se multas e encargos de inadimplemento.
		§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos demais municípios da área de atuação da SUDENE que atendam a pelo menos um dos itens abaixo:	§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo aos demais Municípios da área de atuação da Sudene que atendam a pelo menos um dos itens abaixo:
		I - tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo federal;	I - tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo federal;
		II - sejam integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;	II - sejam integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		III - apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M caracterizado como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.	III - apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM caracterizado como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, os honorários advocatícios ou despesas com custas processuais são de responsabilidade de cada parte, e o não implemento de seu pagamento não obsta a referida liquidação.		§ 2º Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, os honorários advocatícios ou despesas com custas processuais são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida liquidação.	§ 2º Para os efeitos do disposto no caput deste artigo, os honorários advocatícios ou despesas com custas processuais são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida liquidação.
		§ 3º Para formalização da renegociação de que trata este artigo, fica dispensada a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados com o Setor Público (CADIN) e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade junto ao FGTS.	§ 3º Para formalização da renegociação de que trata este artigo, ficam dispensadas a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.”(NR)

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>Art. 10-A. Fica autorizada a repactuação de dívidas de operações agroindustriais realizadas por pessoas físicas e jurídicas com valor originalmente contratado de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da SUDENE, independente da fonte de recursos, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, observadas as seguintes condições:</p>	<p>“Art. 10-A. Fica autorizada a repactuação de dívidas de operações agroindustriais realizadas por pessoas físicas e jurídicas com valor originalmente contratado de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), relativas a empreendimentos localizados nas regiões do semiárido, do norte do Espírito Santo e dos Municípios do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Sudene, independentemente da fonte de recursos, referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, observadas as seguintes condições:</p>
		<p>I - apuração do valor do débito: segundo o disposto no § 2º do artigo 8º desta Lei;</p>	<p>I - apuração do valor do débito: segundo o disposto no § 2º do art. 8º desta Lei;</p>
		<p>II - bônus adicional de adimplência: de 30% (trinta por cento) sobre o principal de cada parcela da operação renegociada, se paga até a respectiva data do novo vencimento, além dos bônus sobre encargos financeiros definidos de acordo com o disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;</p>	<p>II - bônus adicional de adimplência: de 30% (trinta por cento) sobre o principal de cada parcela da operação renegociada, se paga até a respectiva data do novo vencimento, além dos bônus sobre encargos financeiros definidos de acordo com o disposto no § 6º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;;</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		III - garantias: as admitidas para o crédito agroindustrial, podendo ser mantidas as mesmas constituídas nos financiamentos originais;	III - garantias: as admitidas para o crédito agroindustrial, podendo ser mantidas as constituídas nos financiamentos originais;
		IV - risco da operação: a mesma posição de risco mantida para as operações pela instituição credora, exceto as operações contratadas com risco do Tesouro Nacional que terão o risco transferido para o respectivo Fundo.	IV - risco da operação: a mesma posição de risco mantida para as operações pela instituição credora, exceto as operações contratadas com risco do Tesouro Nacional que terão o risco transferido para o respectivo Fundo.
		§ 1º Na formalização da renegociação de que trata este artigo, deverão ser observadas as seguintes condições:	§ 1º Na formalização da renegociação de que trata este artigo, deverão ser observadas as seguintes condições:
		I - amortização da dívida a ser renegociada, em prestações iguais e sucessivas, fixando o vencimento da última parcela para até 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, respeitando a mesma periodicidade constante do contrato original;	I - amortização da dívida a ser renegociada, em prestações iguais e sucessivas, fixando o vencimento da última parcela para até 30 de novembro de 2030, estabelecendo-se novo cronograma de amortização, respeitando a mesma periodicidade constante do contrato original;
		II - carência de no mínimo 3 (três) anos, de acordo com a capacidade de pagamento, contados da data de formalização da operação;	II - carência de, no mínimo, três anos, de acordo com a capacidade de pagamento, contados da data de formalização da operação;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		III - encargos financeiros: os mesmos praticados atualmente para as operações com recursos do FNE;	III - encargos financeiros: os praticados atualmente para as operações com recursos do FNE;
		IV - amortização de 5% (cinco por cento) sobre o saldo devedor apurado na forma do inciso I, deduzido o bônus adicional de adimplência de que trata do inciso II deste artigo.	IV - amortização de 5% (cinco por cento) sobre o saldo devedor apurado na forma do inciso I, deduzido o bônus adicional de adimplência de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo.
		§ 2º O Conselho Monetário Nacional fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que trata este artigo.	§ 2º O Conselho Monetário Nacional fixará as demais normas, condições e procedimentos a serem observados para a renegociação das dívidas de que trata este artigo.
		§ 3º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito agroindustriais enquadráveis neste artigo.	§ 3º Ficam suspensos, até 31 de dezembro de 2017, as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais referentes às operações de crédito agroindustriais enquadráveis neste artigo.
		§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei e até a data limite para a renegociação de que trata este artigo.	§ 4º O prazo de prescrição das dívidas de que trata este artigo fica suspenso a partir da data de publicação desta Lei e até a data limite para a renegociação de que trata este artigo.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>§ 5º A adesão à renegociação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário previamente desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.</p>	<p>§ 5º A adesão à renegociação de que trata este artigo para as dívidas que estejam em cobrança judicial importa em extinção dos correspondentes processos, devendo o mutuário previamente desistir de quaisquer outras ações judiciais que tenham por objeto discutir a operação a ser liquidada com os recursos de que trata este artigo.</p>
		<p>§ 6º O mutuário que vier a inadimplir na renegociação de que trata este artigo ficará impedido de tomar novos financiamentos em instituições financeiras federais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.</p>	<p>§ 6º O mutuário que vier a inadimplir na renegociação de que trata este artigo ficará impedido de tomar novos financiamentos em instituições financeiras federais, enquanto não for regularizada a situação da respectiva dívida.</p>
		<p>§ 7º Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I, com o bônus adicional de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo.</p>	<p>§ 7º Admite-se a liquidação das operações passíveis de enquadramento neste artigo pelo saldo devedor apurado na forma do inciso I, com o bônus adicional de que trata o inciso II, ambos do caput deste artigo.</p>
		<p>§ 8º Para os efeitos da renegociação ou liquidação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>	<p>§ 8º Para os efeitos da renegociação ou liquidação das operações de que trata este artigo, os honorários advocatícios ou despesas com registro em cartório são de responsabilidade de cada parte, e a falta de seu pagamento não obsta a referida renegociação.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>§ 9º Para formalização da renegociação de que trata este artigo, fica dispensada a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados com o Setor Público (CADIN) e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade junto ao FGTS.</p>	<p>§ 9º Para formalização da renegociação de que trata este artigo, ficam dispensadas a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade do FGTS - CRT.</p>
		<p>§ 10. Aplica-se o disposto neste artigo aos demais municípios da área de atuação da SUDENE que atendam a pelo menos um dos itens abaixo:</p>	<p>§ 10. Aplica-se o disposto neste artigo aos demais Municípios da área de atuação da Sudene que atendam a pelo menos um dos itens abaixo:</p>

Lei nº 12.999, de 18 de junho de 2014

Art. 10. Fica a União autorizada a conceder subvenção aos produtores independentes de cana-de-açúcar afetados pela estiagem referente à safra 2012/2013 que desenvolvem suas atividades na região Nordeste ou no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá as condições operacionais para a implementação, execução, pagamento, controle e fiscalização da subvenção prevista no caput, observado o seguinte:

.....
III - o pagamento da subvenção será realizado em 2014 e 2015, observados os limites estabelecidos nos incisos I e II deste parágrafo, referente à produção da safra 2012/2013 efetivamente entregue:

.....
Art. 11. Observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, ficam os beneficiários da subvenção de que trata o art. 10 dispensados da comprovação de regularidade fiscal para efeito do recebimento da subvenção.

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012

Art. 29. É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento,

**Quadro comparativo da Medida
(Projeto de Lei de Con**

I - tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo federal;

I - tenham sido decretados estado de calamidade pública ou situação de emergência em decorrência de seca ou estiagem, no período de 1º de dezembro de 2011 até a data de publicação desta Lei, reconhecidos pelo Poder Executivo federal;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<i>II - sejam integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;</i>	<i>II - sejam integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;</i>
		<i>III - apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M caracterizado como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.</i>	<i>III - apresentem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M caracterizado como de extrema pobreza, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.”</i>
		<i>Art. 10-B. Fica o CMN autorizado a editar norma para disciplinar a repactuação de dívidas contratadas no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento da região Centro-Oeste – FCO, desde que contratadas até 31 de dezembro de 2010, observadas as seguintes condições:</i>	<i>Art. 10-B. Fica o CMN autorizado a editar norma para disciplinar a repactuação de dívidas contratadas no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, desde que contratadas até 31 de dezembro de 2010, observadas as seguintes condições:</i>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<i>I - que o saldo devedor, deve ser atualizado pelos encargos definidos para o Fundo para situação de normalidade, inclusive com as alterações de que trata o art. 45 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, sem a incidência de bônus de adimplência, rebate, multa, mora e demais encargos de inadimplemento;</i>	I - que o saldo devedor deve ser atualizado pelos encargos definidos para o Fundo para situação de normalidade, inclusive com as alterações de que trata o art. 45 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 , sem a incidência de bônus de adimplência, rebate, multa, mora e demais encargos de inadimplemento;
..... Art. 78-A. Após 5 (cinco) anos da data da publicação desta Lei, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001		<i>II - amortização mínima: equivalente a 10% (dez por cento) do saldo devedor atualizado na forma do inciso I;</i>	II - amortização mínima: equivalente a 10% (dez por cento) do saldo devedor atualizado na forma do inciso I;
		<i>III - reembolso: em até 10 (dez) anos, com carência de até 1 (um) ano, mantida a periodicidade prevista no contrato objeto da renegociação;</i>	III - reembolso: em até dez anos, com carência de até um ano, mantida a periodicidade prevista no contrato objeto da renegociação;
		<i>IV - risco: será mantido o risco de crédito da operação original;</i>	IV - risco: será mantido o risco de crédito da operação original;
Art. 1º Para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os encargos financeiros e o bônus de adimplência passam a ser definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de		<i>V - prazo para renegociação: a ser definido por norma do – CMN;</i>	V - prazo para renegociação: a ser definido por norma do Conselho Monetário Nacional – CMN;
		<i>VI - encargos financeiros: os aplicáveis às operações com recursos dos Fundos Constitucionais, respeitada a classificação e o porte do produtor.</i>	VI - encargos financeiros: os aplicáveis às operações com recursos dos Fundos Constitucionais, respeitada a classificação e o porte do produtor.

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

proposta do Ministério da Integração Nacional, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de acordo com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.	<p><i>Parágrafo Único. Para formalização da renegociação de que trata este artigo, fica dispensada a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados com o Setor Público (CADIN) e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade junto ao FGTS. (NR)''</i></p>	<p><i>Parágrafo único. Para formalização da renegociação de que trata este artigo, ficam dispensadas a consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e a apresentação de quaisquer tipos de certidão negativa de débito, inclusive o Certificado de Regularidade do FGTS - CRT.</i></p>
	<p>Art. 3º Os Anexos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passam a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Lei.</p> <p>(ANEXOS CONSTAM AO FINAL DO QUADRO COMPARATIVO)</p>	<p>Art. 3º Os Anexos da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, passam a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Lei.</p> <p>(ANEXOS CONSTAM AO FINAL DO QUADRO COMPARATIVO)</p>
	<p>Art. 4º As empresas titulares dos projetos referidos no artigo 5º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir data de publicação desta Lei, para manifestarem suas preferências em relação às alternativas previstas no referido artigo, findo o qual deverão cumprir as obrigações assumidas, na conformidade da legislação anterior.</p>	<p>Art. 4º As empresas titulares dos projetos referidos no art. 5º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, terão o prazo de cento e oitenta dias, contados a partir da data de publicação desta Lei, para manifestarem suas preferências em relação às alternativas previstas no referido artigo, findo o qual deverão cumprir as obrigações assumidas, na conformidade da legislação anterior.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

	<p>§ 1º Para o efeito do disposto no artigo 5º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, consideram-se dívidas vencidas somente aquelas debêntures vencidas e não liquidadas na data fixada para o seu pagamento.</p>	<p>§ 1º Para efeito do disposto no art. 5º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, consideram-se dívidas vencidas somente aquelas debêntures vencidas e não liquidadas na data fixada para o seu pagamento.</p>
	<p>§ 2º As dívidas vencidas relativas a debêntures conversíveis e não-conversíveis em ações, de emissão das empresas referidas no caput deste artigo, poderão:</p>	<p>§ 2º As dívidas vencidas relativas a debêntures conversíveis e não conversíveis em ações, de emissão das empresas referidas no caput deste artigo, poderão:</p>
	<p>I - renegociar esses títulos mediante prazos de carência e de vencimento mais adequados à capacidade de pagamento atualizada do projeto, com encargos financeiros equivalentes aos dos Fundos Constitucionais de Financiamento;</p>	<p>I - renegociar esses títulos mediante prazos de carência e de vencimento mais adequados à capacidade de pagamento atualizada do projeto, com encargos financeiros equivalentes aos dos Fundos Constitucionais de Financiamento;</p>
	<p>II - quitar ou renegociar o saldo devedor, por seu valor atual, segundo os critérios estabelecidos no artigo 8º e 9º desta Lei.</p>	<p>II - quitar ou renegociar o saldo devedor, por seu valor atual, segundo os critérios estabelecidos nos arts. 8º e 9º desta Lei.</p>
	<p>§ 3º O Ministério da Integração Nacional deverá propor ao CMN os mecanismos de que trata o § 2º deste artigo, no prazo de até 90 (noventa) dias.</p>	<p>§ 3º O Ministério da Integração Nacional deverá propor ao CMN os mecanismos de que trata o § 2º deste artigo, no prazo de até noventa dias.</p>
	<p>Art. 5º A Lei nº 12.999, de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>	<p>Art. 5º Os arts. 10 e 11 da Lei nº 12.999, de 18 de junho de 2014, passam a vigorar com as seguintes alterações:</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

	“Art. 10.....	“Art. 10.....
	Parágrafo único	Parágrafo único

	III - o pagamento da subvenção será realizado , observados os limites estabelecidos nos incisos I e II deste parágrafo, referente à produção da safra 2012/2013 efetivamente entregue:	III - o pagamento da subvenção será realizado, observados os limites estabelecidos nos incisos I e II deste parágrafo, referente à produção da safra 2012/2013 efetivamente entregue:
(NR)(NR)
	Art. 11. Observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, ficam os beneficiários da subvenção de que trata o art. 10 dispensados da comprovação de regularidade fiscal e da apresentação de Certidão Negativa do Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), para efeito do recebimento da subvenção.(NR)”	“Art. 11. Observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, ficam os beneficiários da subvenção de que trata o art. 10 dispensados da comprovação de regularidade fiscal e da apresentação de Certidão Negativa do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, para efeito do recebimento da subvenção.”(NR)
	Art. 6º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 , passa a vigorar com as seguintes alterações:	Art. 6º Os arts. 29 e 78-A da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 , passa a vigorar com as seguintes alterações:
	“Art. 29.....	“Art. 29.....

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

	§ 3º A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida até 31 de dezembro de 2017, prorrogável por mais um ano por ato do Chefe do Poder Executivo.	§ 3º A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida até 31 de dezembro de 2017, prorrogável por mais um ano por ato do Chefe do Poder Executivo.”(NR)

	Art. 78-A. Após 31 de dezembro de 2017, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR.	“Art. 78-A. Após 31 de dezembro de 2017, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR.
	Parágrafo Único. O prazo de que trata este será prorrogado em observância aos novos prazos de que trata o § 3º do artigo 29. (NR)”	Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo será prorrogado em observância aos novos prazos de que trata o § 3º do art. 29.”(NR)
	Art. 7º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:	Art. 7º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

	“Art. 1º-A A proposta de que trata o art. 1º desta Lei será encaminhada estabelecendo:	“Art. 1º-A A proposta de que trata o art. 1º desta Lei será encaminhada estabelecendo:
	I - para operações rurais: encargos financeiros prefixados limitados aos previstos para os depósitos à vista;	I - para operações rurais: encargos financeiros prefixados limitados aos previstos para os depósitos à vista;

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		<p>II - para operações industriais, agroindustriais, de turismo, comerciais e de serviços: encargos financeiros prefixados limitados ao máximo cobrado pelo BNDES em operações de crédito de investimento ou capital de giro, incluídos o custo financeiro, a remuneração básica, a taxa de intermediação financeira e a remuneração da instituição financeira credenciada.</p>	<p>II - para operações industriais, agroindustriais, de turismo, comerciais e de serviços: encargos financeiros prefixados limitados ao máximo cobrado pelo BNDES em operações de crédito de investimento ou capital de giro, incluídos o custo financeiro, a remuneração básica, a taxa de intermediação financeira e a remuneração da instituição financeira credenciada.</p>
		<p>Parágrafo único. Aplicar-se-á aos encargos financeiros de que trata este artigo redutor a ser fixado tomando por base o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), resultante da razão entre o rendimento domiciliar “per capita” da região de abrangência do respectivo fundo e o rendimento domiciliar “per capita” do País, cujo cálculo ficará a cargo do Ministério da Integração Nacional. (NR)”</p>	<p>Parágrafo único. Aplicar-se-á aos encargos financeiros de que trata este artigo redutor a ser fixado tomando por base o Coeficiente de Desequilíbrio Regional - CDR, resultante da razão entre o rendimento domiciliar “per capita” da região de abrangência do respectivo fundo e o rendimento domiciliar “per capita” do País, cujo cálculo ficará a cargo do Ministério da Integração Nacional.”</p>
<p><u>Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.</u></p>			<p>Art. 8º O art. 48 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p>Art. 48. O disposto no art. 32-A da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, deixa de produzir efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos no período de 27 de maio de 2009 a 31 de dezembro de 2013, no caso de entrega de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária.</p>			<p>“Art. 48. O disposto no art. 32-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, deixa de produzir efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos no período de 27 de maio de 2009 a 31 de dezembro de 2015, no caso de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil até o último dia do mês subsequente à publicação desta Lei.”(NR)</p>
	<p>Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

<p><u>Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013</u> ANEXO III</p> <p>Operações de Crédito Rural inscritas em Dívida Ativa da União de que trata o art. <u>8º-A</u>: desconto para liquidação da operação até 31 de dezembro de 2014</p> <table border="1" data-bbox="114 539 604 986"> <thead> <tr> <th>Soma dos saldos devedores na data da renegociação (R\$ mil)</th> <th>Desconto (em %)</th> <th>Desconto de valor fixo, após o desconto percentual (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 10</td> <td>80</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Acima de 10 até 50</td> <td>68</td> <td>1.200,00</td> </tr> <tr> <td>Acima de 50 até 100</td> <td>58</td> <td>6.200,00</td> </tr> <tr> <td>Acima de 100 até 200</td> <td>51</td> <td>13.200,00</td> </tr> <tr> <td>Acima de 200</td> <td>48</td> <td>19.200,00</td> </tr> </tbody> </table>	Soma dos saldos devedores na data da renegociação (R\$ mil)	Desconto (em %)	Desconto de valor fixo, após o desconto percentual (R\$)	Até 10	80	-	Acima de 10 até 50	68	1.200,00	Acima de 50 até 100	58	6.200,00	Acima de 100 até 200	51	13.200,00	Acima de 200	48	19.200,00			
Soma dos saldos devedores na data da renegociação (R\$ mil)	Desconto (em %)	Desconto de valor fixo, após o desconto percentual (R\$)																			
Até 10	80	-																			
Acima de 10 até 50	68	1.200,00																			
Acima de 50 até 100	58	6.200,00																			
Acima de 100 até 200	51	13.200,00																			
Acima de 200	48	19.200,00																			
		<p>Anexo</p> <p>(Altera os Anexos III e IV e acrescenta os Anexos VII e VIII na <u>Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013</u>)</p>	<p>ANEXO</p> <p>(Altera os Anexos III e IV e acrescenta os Anexos VII e VIII à <u>Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013</u>)</p>																		

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		“ANEXO III Operações de Crédito Rural inscritas em Dívida Ativa da União e em cobrança pela AGU, de que trata o art. 8º-A: desconto para liquidação da operação até 31 de dezembro de 2017	“ANEXO III Operações de Crédito Rural inscritas em Dívida Ativa da União e em cobrança pela AGU, de que trata o art. 8º-A: desconto para liquidação da operação até 31 de dezembro de 2017																																				
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 25%;">Enquadramento</th> <th style="width: 25%;">Faixa de dívida</th> <th style="width: 25%;">% de desconto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">01</td> <td style="text-align: center;">Até R\$ 10.000,00</td> <td style="text-align: center;">85%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">02</td> <td style="text-align: center;">Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00</td> <td style="text-align: center;">80%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">03</td> <td style="text-align: center;">Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00</td> <td style="text-align: center;">75%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">04</td> <td style="text-align: center;">Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00</td> <td style="text-align: center;">70%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">05</td> <td style="text-align: center;">Acima de R\$ 200.000,00</td> <td style="text-align: center;">65%</td> </tr> </tbody> </table>	Enquadramento	Faixa de dívida	% de desconto	01	Até R\$ 10.000,00	85%	02	Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	80%	03	Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00	75%	04	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	70%	05	Acima de R\$ 200.000,00	65%	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 25%;">Enquadramento</th> <th style="width: 25%;">Faixa de dívida</th> <th style="width: 25%;">% de desconto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">01</td> <td style="text-align: center;">Até R\$ 10.000,00</td> <td style="text-align: center;">85%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">02</td> <td style="text-align: center;">Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00</td> <td style="text-align: center;">80%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">03</td> <td style="text-align: center;">Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00</td> <td style="text-align: center;">75%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">04</td> <td style="text-align: center;">Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00</td> <td style="text-align: center;">70%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">05</td> <td style="text-align: center;">Acima de R\$ 200.000,00</td> <td style="text-align: center;">65%</td> </tr> </tbody> </table>	Enquadramento	Faixa de dívida	% de desconto	01	Até R\$ 10.000,00	85%	02	Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	80%	03	Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00	75%	04	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	70%	05	Acima de R\$ 200.000,00	65%
Enquadramento	Faixa de dívida	% de desconto																																					
01	Até R\$ 10.000,00	85%																																					
02	Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	80%																																					
03	Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00	75%																																					
04	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	70%																																					
05	Acima de R\$ 200.000,00	65%																																					
Enquadramento	Faixa de dívida	% de desconto																																					
01	Até R\$ 10.000,00	85%																																					
02	Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	80%																																					
03	Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00	75%																																					
04	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	70%																																					
05	Acima de R\$ 200.000,00	65%																																					

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

ANEXO IV	ANEXO IV	ANEXO IV																																																												
<p>Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União de que trata o art. 8º-A: descontos em caso de renegociação</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-bottom: 10px;"> <thead> <tr> <th style="width: 33%;">Total dos saldos devedores na data da renegociação (R\$ mil)</th> <th style="width: 33%;">Desconto (em %)</th> <th style="width: 33%;">Desconto de valor fixo, após o desconto percentual (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">Até 10</td> <td style="text-align: center;">65</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Acima de 10 até 50</td> <td style="text-align: center;">53</td> <td style="text-align: center;">1.200,00</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Acima de 50 até 100</td> <td style="text-align: center;">43</td> <td style="text-align: center;">6.200,00</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Acima de 100 até 200</td> <td style="text-align: center;">36</td> <td style="text-align: center;">13.200,00</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">Acima de 200</td> <td style="text-align: center;">33</td> <td style="text-align: center;">19.200,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>* A fração do desconto de valor fixo será obtida mediante a divisão do respectivo desconto fixo pelo número de parcelas resultante da renegociação.</p>	Total dos saldos devedores na data da renegociação (R\$ mil)	Desconto (em %)	Desconto de valor fixo, após o desconto percentual (R\$)	Até 10	65	-	Acima de 10 até 50	53	1.200,00	Acima de 50 até 100	43	6.200,00	Acima de 100 até 200	36	13.200,00	Acima de 200	33	19.200,00	<p>Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União e em cobrança pela AGU de que trata o art. 8º-A: descontos em caso de renegociação</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; margin-bottom: 10px;"> <thead> <tr> <th style="width: 15%;">Enquadramento</th> <th style="width: 40%;">Faixa de dívida</th> <th style="width: 15%;">% de desconto</th> <th style="width: 10%;">Enquadramento</th> <th style="width: 20%;">Faixa de dívida</th> <th style="width: 10%;">% de desconto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>01</td> <td>Até R\$ 10.000,00</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">01</td> <td style="text-align: center;">Até R\$ 10.000,00</td> <td style="text-align: center;">80%</td> <td>02</td> <td>Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00</td> <td style="text-align: center;">75%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">02</td> <td style="text-align: center;">Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00</td> <td style="text-align: center;">75%</td> <td>03</td> <td>Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00</td> <td style="text-align: center;">70%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">03</td> <td style="text-align: center;">Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00</td> <td style="text-align: center;">70%</td> <td>04</td> <td>Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00</td> <td style="text-align: center;">65%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">04</td> <td style="text-align: center;">Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00</td> <td style="text-align: center;">65%</td> <td>05</td> <td>Acima de R\$ 200.000,00</td> <td style="text-align: center;">60%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">05</td> <td style="text-align: center;">Acima de R\$ 200.000,00</td> <td style="text-align: center;">60%</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>(NR)</p>	Enquadramento	Faixa de dívida	% de desconto	Enquadramento	Faixa de dívida	% de desconto				01	Até R\$ 10.000,00	80%	01	Até R\$ 10.000,00	80%	02	Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	75%	02	Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	75%	03	Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00	70%	03	Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00	70%	04	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	65%	04	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	65%	05	Acima de R\$ 200.000,00	60%	05	Acima de R\$ 200.000,00	60%				<p>Operações de Crédito Rural inscritas na Dívida Ativa da União e em cobrança pela AGU de que trata o art. 8º-A: descontos em caso de renegociação</p>
Total dos saldos devedores na data da renegociação (R\$ mil)	Desconto (em %)	Desconto de valor fixo, após o desconto percentual (R\$)																																																												
Até 10	65	-																																																												
Acima de 10 até 50	53	1.200,00																																																												
Acima de 50 até 100	43	6.200,00																																																												
Acima de 100 até 200	36	13.200,00																																																												
Acima de 200	33	19.200,00																																																												
Enquadramento	Faixa de dívida	% de desconto	Enquadramento	Faixa de dívida	% de desconto																																																									
			01	Até R\$ 10.000,00	80%																																																									
01	Até R\$ 10.000,00	80%	02	Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	75%																																																									
02	Entre R\$ 10.000,01 até R\$ 50.000,00	75%	03	Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00	70%																																																									
03	Entre 50.000,01 até R\$ 100.000,00	70%	04	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	65%																																																									
04	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	65%	05	Acima de R\$ 200.000,00	60%																																																									
05	Acima de R\$ 200.000,00	60%																																																												
																																																													

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

		ANEXO VII	“ANEXO VII																																				
		Bônus de adimplência aplicados aos empreendimentos de que trata o inciso I do artigo 9º em caso de renegociação.	Bônus de adimplência aplicados aos empreendimentos de que trata o inciso I do art. 9º em caso de renegociação																																				
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 33%;">Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário</th> <th style="width: 33%;">Contratadas até 31/12/2006</th> <th style="width: 33%;">Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até R\$ 15.000,00</td> <td style="text-align: center;">80%</td> <td style="text-align: center;">40%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00</td> <td style="text-align: center;">75%</td> <td style="text-align: center;">30%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00</td> <td style="text-align: center;">70%</td> <td style="text-align: center;">25%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00</td> <td style="text-align: center;">65%</td> <td style="text-align: center;">15%</td> </tr> <tr> <td>Acima de R\$ 500.000,00</td> <td style="text-align: center;">45%</td> <td style="text-align: center;">05%</td> </tr> </tbody> </table>	Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário	Contratadas até 31/12/2006	Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010	Até R\$ 15.000,00	80%	40%	Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00	75%	30%	Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00	70%	25%	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00	65%	15%	Acima de R\$ 500.000,00	45%	05%	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 33%;">Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário</th> <th style="width: 33%;">Contratadas até 31/12/2006</th> <th style="width: 33%;">Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até R\$ 15.000,00</td> <td style="text-align: center;">80%</td> <td style="text-align: center;">40%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00</td> <td style="text-align: center;">75%</td> <td style="text-align: center;">30%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00</td> <td style="text-align: center;">70%</td> <td style="text-align: center;">25%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00</td> <td style="text-align: center;">65%</td> <td style="text-align: center;">15%</td> </tr> <tr> <td>Acima de R\$ 500.000,00</td> <td style="text-align: center;">45%</td> <td style="text-align: center;">05%</td> </tr> </tbody> </table>	Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário	Contratadas até 31/12/2006	Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010	Até R\$ 15.000,00	80%	40%	Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00	75%	30%	Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00	70%	25%	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00	65%	15%	Acima de R\$ 500.000,00	45%	05%
Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário	Contratadas até 31/12/2006	Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010																																					
Até R\$ 15.000,00	80%	40%																																					
Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00	75%	30%																																					
Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00	70%	25%																																					
Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00	65%	15%																																					
Acima de R\$ 500.000,00	45%	05%																																					
Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário	Contratadas até 31/12/2006	Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010																																					
Até R\$ 15.000,00	80%	40%																																					
Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00	75%	30%																																					
Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00	70%	25%																																					
Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00	65%	15%																																					
Acima de R\$ 500.000,00	45%	05%																																					

Quadro comparativo da Medida Provisória nº 707, de 2015 (Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2016)

			<p>“ANEXO VIII Bônus de adimplência aplicados aos empreendimentos de que trata o inciso II do art. 9º em caso de renegociação</p>																		
			<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th style="width: 40%;">Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário</th> <th style="width: 20%;">Contratadas até 31/12/2006</th> <th style="width: 20%;">Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até R\$ 15.000,00</td> <td>70%</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00</td> <td>65%</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00</td> <td>60%</td> <td>15%</td> </tr> <tr> <td>Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00</td> <td>55%</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Acima de R\$ 500.000,00</td> <td>35%</td> <td>0%</td> </tr> </tbody> </table>	Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário	Contratadas até 31/12/2006	Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010	Até R\$ 15.000,00	70%	30%	Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00	65%	20%	Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00	60%	15%	Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00	55%	10%	Acima de R\$ 500.000,00	35%	0%
Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário	Contratadas até 31/12/2006	Contratadas entre 01/01/2007 até 31/12/2010																			
Até R\$ 15.000,00	70%	30%																			
Entre R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00	65%	20%																			
Entre R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00	60%	15%																			
Entre R\$ 100.000,01 até R\$ 500.000,00	55%	10%																			
Acima de R\$ 500.000,00	35%	0%																			